



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES**

DJIBRIL CÁ

**O DESMATAMENTO FLORESTAL EM GUINÉ-BISSAU (2000-2019):
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM QUESTÃO**

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL

2020

DJIBRIL CÁ

O DESMATAMENTO FLORESTAL EM GUINÉ-BISSAU (2000-2019):
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM QUESTÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em curso de Sociologia, do Instituto de Humanidades, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Orientador: Francisco Thiago Rocha
Vasconcelos

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Cá, Djibril.

C11d

O desmatamento florestal em Guiné-Bissau 2000 - 2019: conflitos socioambientais e o desenvolvimento sustentável em questão / Djibril cá. - Redenção, 2020. 82f: il.

Monografia - Curso de Sociologia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

1. Desmatamento - Guiné-Bissau. 2. Sustentabilidade. 3. Meio ambiente - Conflitos socioambientais. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 333.72

DEDICATÓRIA

Dedico, primeiramente, esta monografia à memória da minha mãe Francisca Djú, falecida em 26 de Janeiro do ano 2019, no começo do meu último ano do curso, mãe amável, modesta, humilde de coração, cuidadosa, determinada e corajosa; para ser sincero, faltam-me palavras para descrever a pessoa que ela é, apesar da distância, acredito que a sua presença na minha vida é algo importantíssimo, à memória da minha irmã Helena Cá, falecida em 25 de Abril do ano 2017, logo no início do meu último semestre de conclusão de curso.

À memória de Fernando Nanque, irmão, falecido em Dezembro de 2013. Igualmente, à memória do meu pai, Lamba Cá, falecido em 2009, quem me deu oportunidade de enfrentar e enxergar grandes altitudes do mistério da vida.

A Otiniela Djibril Cá filha. Dedico também, aos meus irmãos principalmente Enfermeiro Mário Cá em nome de todos irmãos sinto gratificado pela atenção dispensada.

A todos e em particular aos meus colegas estudantes estrangeiros (as) que passaram pela mesma perda irrecuperável e pelo sofrimento indesejável deixando os seus países de origem com intuito de estudar.

AGRADECIMENTOS

Apesar de tantas dificuldades e de tantos sofrimentos que me abalaram ao longo desta caminhada tão difícil, perante os sucessivos acontecimentos que marcaram a minha vida, cheia de lágrimas e incertezas, nunca desisti de prosseguir para realizar os meus sonhos.

Por esta ocasião, gostaria de agradecer a Deus, todo-poderoso, pela força e determinação e pelo acompanhamento que me tem dado, para que eu possa suportar o peso enorme de falecimento da minha irmã mais velha (25 de abril de 2017) e da morte da minha mãe (26 de janeiro de 2019), ao longo dos cinco anos do curso.

Agradeço aos meus familiares, em especial, aos meus pais, que, por meio da vontade de Deus, cuidaram de mim durante o meu crescimento humano e acadêmico. Sempre eles me ensinavam que ser humilde, respeitoso, tolerante e obediente é o melhor segredo do sucesso para a aprendizagem. Portanto, mediante este processo da educação básica dos meus pais, admito, honestamente, que sem eles seria impossível para mim aprender a vencer várias barreiras até ao ponto de saber lidar com as dificuldades da vida.

Agradeço e reconheço, no fundo do meu coração, ao meu orientador Professor Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, pela maneira tão sábia e encorajadora que aceitou-me acolher e acompanhar durante o processo de trabalho de pesquisa, isto é, monografia; sendo assim, confesso corajosamente com toda honra que ele merece todos os meus elogios. Ainda, agradeço-lhe pela sua disposição e sabedoria para me fazer superar e vencer obstáculos no aprendizado.

Agradeço ainda a Professora Dr^a Artemisa Odila Candé Monteiro que aceitou prontamente participar da banca avaliadora do trabalho de monografia e ao Prof. Dr. Lailson Ferreira da Silva, por ter aceitado participar da banca de avaliação de monografia.

Além disso, reconheço o apoio do professor Dr. Ricardino Jacinto Dumas Teixeira, a quem tive oportunidade de partilhar a ideia logo nos primeiros momentos da construção deste trabalho.

Também sou grato a muitos camaradas pelo apoio e incentivo, em especial, ao Carmolino Cá pela contribuição e pelas experiências académicas compartilhadas, ele é

pessoa com quem aprendi muito. Agradeço aos que de forma direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta pesquisa.

Por outro lado, agradeço a todos que contribuíram para minha viagem ao Brasil, particularmente, ao presidente da República da Guiné-Bissau, Doutor José Mário Vaz; ao Engenheiro António Avelino Cabral; ao Engenheiro Malam Cassama, ao administrador Joãozinho Nanque e ao Justino Gomes (colega de infância).

Agradeço também ao governo liderado pelo Engenheiro Domingos Simões Pereira pela concessão do carimbo de autenticação de documentos acadêmicos do Ministério de Negócio Estrangeiro. Agradeço ao governo da República Federativa do Brasil, à reitoria da UNILAB e à Coordenação do curso da Sociologia pela oportunidade e pelo apoio que me deram para que eu possa permanecer aqui no Brasil continuando os meus estudos.

Ademais, agradeço ao pastor Zinho, da Igreja Evangélica de Bôr, pelo apoio que me deu organizando para mim um culto de despedida.

Enfim, agradeço mais uma vez à minha família pelo apoio moral contínuo ajudando no meu crescimento acadêmico, contribuindo para que eu possa servir futuramente a sociedade guineense e a sociedade em geral.

Que o senhor todo, poderoso, abençoe a todos!

DJIBRIL CÁ

O DESMATAMENTO FLORESTAL EM GUINÉ-BISSAU (2000-2019):
CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E O DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL EM QUESTÃO

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Licenciatura em Sociologia da
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Data da aprovação: ____/____/____

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos (orientador)

Profa. Dra. Artemisa Odila Candé Monteiro
Membro

Prof. Dr. Lailson Ferreira da Silva

RESUMO

Este trabalho analisa as relações entre sociedade e meio ambiente na Guiné-Bissau através do problema do desmatamento florestal e exploração ilegal de madeira. Nas últimas décadas a exploração de madeira no país tornou-se uma preocupação de sociedade civil, prática criminosa que põe em causa o meio ambiente e gerando conflitos sociais e políticos. É de grande importância o estudo desta temática no território guineense. Este país constitui um mosaico cultural multiétnico, encarando as florestas como um lugar de práticas agrícolas, um espaço sagrado, de segredo e da realização das práticas culturais religiosas, onde cada grupo étnico tem uma representação simbólica atrelado às florestas. O trabalho ancora-se em debate teórico sobre sustentabilidade ambiental e na constatação de que o Estado da Guiné-Bissau, apesar da criação das leis sobre as políticas de preservação florestal, ainda apresenta grande fragilidade em sua aplicação, tendo em vista a falta da efetivação destas leis. A partir desta reflexão sobre as políticas ambientais que o país vem adotando fez-se análise dos conflitos socioambientais no país, relacionados à falta de reconhecimento dos saberes locais, ao monopólio das políticas ambientais pelas entidades privadas e a ausência efetiva do poder de Estado no território guineense. Por fim, faz-se uma reflexão sobre a educação ambiental e à participação comunitária na gestão dos assuntos ambientais como instrumentos necessários em Guiné-Bissau. Espera-se que este trabalho ofereceu subsídios de debate académico e de análise sobre a prática do desmatamento florestal no país, assim como traz uma reflexão social, económica e política sobre a forma da utilização das florestas na sociedade guineense para que essa repense a sua prática para com o meio ambiente.

Palavras-chave: Guiné-Bissau; Meio ambiente. Conflitos socioambientais. Sustentabilidade. Desmatamento florestal.

ABSTRACT

This paper analyzes the relationship between society and the environment in Guinea-Bissau through the problem of forest deforestation and illegal logging. In the last decades, logging in the country has become a concern of civil society, a criminal practice that jeopardizes the environment and generates social and political conflicts. It is of great importance the study of this theme in Guinean territory. This country constitutes a multi-ethnic cultural mosaic, regarding forests as a place of agricultural practices, a sacred space, of secrecy and of religious practices, where each ethnic group has a symbolic representation linked to forests. The work is anchored in a theoretical debate on environmental sustainability and in the finding that the State of Guinea-Bissau, despite the creation of laws on forest preservation policies, still presents great weakness in its application, in view of the lack of effectiveness of these laws. Based on this reflection on the environmental policies that the country has been adopting, an analysis was made of socio-environmental conflicts in the country, related to the lack of recognition of local knowledge, to the monopoly of environmental policies by private entities and the effective absence of state power in the Guinean territory. Finally, there is a reflection on environmental education and community participation in the management of environmental issues as necessary instruments in Guinea-Bissau. It is hoped that this work offered subsidies for academic debate and analysis on the practice of forest deforestation in the country, as well as bringing a social, economic and political reflection on how to use forests in Guinean society so that it can rethink its practice towards the environment.

Keywords: Guinea-Bissau; Environment. Socio-environmental conflicts. Sustainability. Forest deforestation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- 1- Mapa das principais localidades das áreas administrativas da Guiné-Bissau

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

1. PAE-Programa de Ação Estrategica
2. AD-Ação para o Desenvolvimento
3. APMC-Áreas Protegidas e Mudanças Climáticas
4. BO-Boletim Oficial
5. BD-Baciro Djá
6. CO₂-Dióxido de Carbono
7. CQNMC-Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima
8. CM-Costa de Marfim
9. CNA-Conselho Nacional do Ambiente
10. CNA-Conferencia Nacional do Ambiental
11. CONAMA-Conselho Nacional do Ambiente
12. CIMAS-Conferencia Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade
13. CRJ-Cimeira do Rio de Janeiro
14. DSP-Domingos Simões Pereira
15. DGT-Direção Geral do Turismo
16. DP-Decreto Presidencial
17. DGA-Direção Geral do Ambiente
18. DAS-Direção de Serviços do Ambiente
19. DGF-Direção Geral das Florestas
20. DFG-Director da Floresta e Fauna
21. DGF-Diretor Geral das florestas
22. DINU-Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas
23. EGG-Estados do Golfo da Guiné
24. EDF-*Environment Defense Fund*
25. ECPS-Educação e Conscientização pública para a Sustentabilidade
26. EA-Educação Ambiental
27. EAT-Educação Ambiental Tecnica,
28. EAC-Educação Ambiental Comportamental,
29. EAE-Educação Ambiental Ética
30. EAE-Educação Ambiental Éticossocial
31. EF-Educação Formal
32. EI-Educação Informal
33. EAC-Educação Ambiental Comportamental
34. EAP-Educação Ambiental Popular
35. EC-Educação Contemporânea
36. EU-Estados Unidos
37. EBXFMS-Empresa Bissau Xiong Fei Madeira Sarl
38. FMMA-Fundo Mundial para o Meio Ambiente
39. GB-Guiné-Bissau
40. GCRGB-Governo Constitucional da Republica da Guiné-Bissau
41. GE-Guiné Equatorial
42. GOGLME-Grande Ecosistema Marinho do Golfo da Guiné
43. IDH-Índice de Desenvolvimento Humano
44. INEC-Instituto Nacional de Estatística e Consenso

45. INEP-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
46. IA-Instituto do Ambiente
47. IH – Instituto de Humanidades
48. IBAP-Instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas
49. JD-Jornal Democrata
50. JMV-José Mario Vaz
51. LQAP-Lei-quadro das áreas Protegidas
52. LF-Lei Florestal
53. LBA-Lei Base do Ambiente
54. LT-Lei da Terra
55. MC-Malam Cassama
56. MAFP-Ministério da Agricultura, Florestas e Pecuária
57. NO4- Dióxido de Nitrógeno/Óxido de Nitrógeno (IV)
58. OA-Oceano Atlântico
59. OMS-Organização Mundial de Saúde
60. ONU-Organização das Nações Unidas
61. ONGs-Organizações Não-Governamental
62. PUNUD-Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
63. PIB-Produto Interno Bruto
64. PAIGC-Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo verde
65. PRS-Partido da Renovação Social
66. PNUMA-Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente
67. RD-Regulamento de Caça
68. RDC-Republica Democrática de Congo
69. RCA-República Centro-Africana
70. RCGG-Relatório da Comissão sobre Governança Global
71. RGB-Republica da Guiné-Bissau
72. *RP-Real Power*
73. SL-Serra Leoa
74. SP-São Tomé e Príncipe
75. SO2- Dióxido de Enxofre
76. SCEUA-*Sierra Club dos Estados Unidos América*
77. SNR-*Sciety and Natural Resources*
78. SMD-*Super Mama Djombo*
79. STAA-Secretária do Turismo, Ambiente e Artesanato
80. SEADD-Secretaria de Estado do Ambiente e do Desenvolvimento Durável
81. SNAP-Sistema Nacional das Áreas Protegidas
82. TCC-Trabalho de Conclusão de Curso
83. UICN-União Internacional para Conservação da Natureza
84. USE-Umaro Sissoco Embaló
85. UFW-*United Farm Workers*
86. UNIOGBIS-Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
87. *UNDP-United Nations Development Programe*
88. UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
CAPÍTULO-I	31
BREVE CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM AFRICA	31
O Caso da Guiné-Bissau	35
Conflitos sociambientais em Guiné-Bissau	42
CAPÍTULO-II	53
AS POLÍTICAS E A LEGISLAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE FLORESTAS EM GUINÉ- BISSAU	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
BIBLIOGRAFIA.....	79

APRESENTAÇÃO

Desde 2015 que estou a estudar no Brasil, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), cujo ambiente acadêmico me desafia a compreender não apenas a relação Brasil-África, mas também a própria discussão de outra natureza apesar de esse assunto ser um pouco debatido na Unilab nas áreas humanas sobretudo da sociologia.

Saliento também que, quando comecei os meus estudos na instituição pública guineense, desde o ensino primário, básico e secundário, ouvi falar da questão ambiental de uma forma resumida, ou seja, não aprofundada tanto no ensino superior. Nos centros de formação, quanto nas palestras e conferências nacionais locais, é raro a abordagem deste assunto.

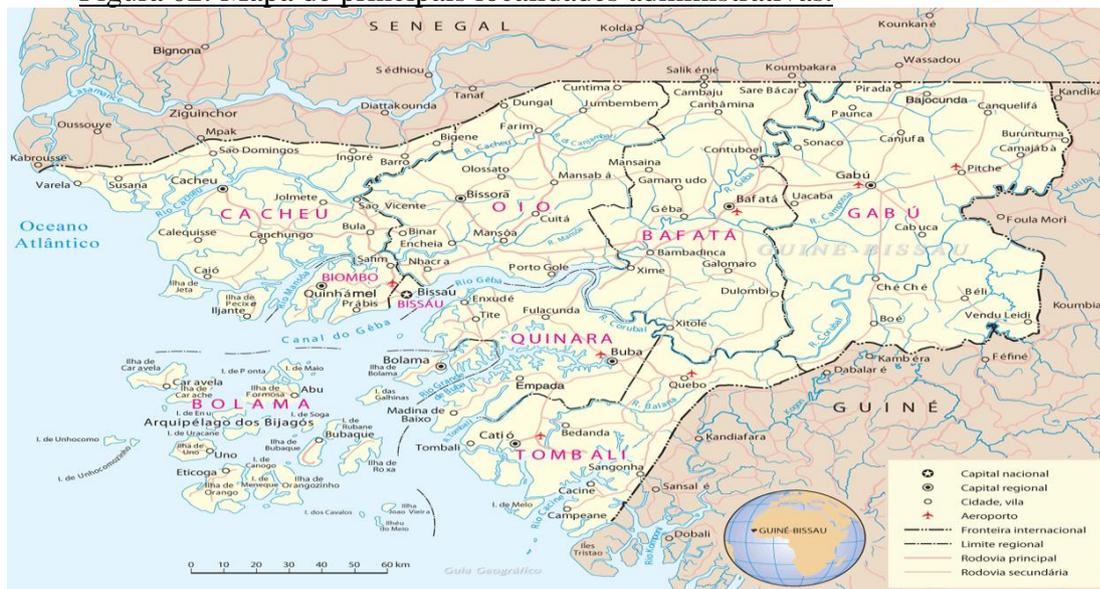
A minha preocupação, portanto, foi realizar um estudo voltado para esta questão, procurando contribuir com dados que possam ser úteis tanto para a comunidade guineense quanto para a comunidade acadêmica interessada em compreender sobre esta temática de modo geral.

Espera-se que esta pesquisa possa sensibilizar as autoridades competentes assim como a população sobre a importância desta riqueza e sobre a forma como deve ser utilizado para garantir a sustentabilidade e o bem-estar da sociedade, contrariamente ao que se passa agora. Outrossim, espera-se que ela coopere também na sensibilização da população rural e urbana, da classe política e social e castrense para produzir um conhecimento capaz de colmatar as lacunas nela existente sobre esta realidade; também somar com as outras pesquisas do mesmo carácter teórico ou empírico que já debruçaram a respeito desta temática para trazer algumas vantagens à sociedade como também estimular a comunidade guineense que repense sobre o molde do consumo mais racional e sustentável que proporcione um comportamento político, social e econômico mais sólido a fim de garantir uma sustentabilidade estável, uma vez que a relevância desta pesquisa se enquadra nesta perspectiva.

Guiné-Bissau é um país de costa Ocidental da África, limitada ao norte pela República do Senegal, a leste e a sul pela República da Guiné-Conacri e a Oeste pelo Oceano Atlântico. Este país possui uma superfície total de 36.125 km², e o seu conjunto populacional

referente aos dados de 2009 era de 1.520.830 habitantes (INEC, 2009, *apud* TEIXEIRA, 2015). O atual território nacional guineense está dividido em oito (08) regiões, tendo um setor autónomo de Bissau, e trinta e seis setores (36) Teixeira (2015) *apud* Djibril Cá (2017). Ainda, a Guiné-Bissau tem três províncias, que são: Leste, Norte e Sul, além do Setor Autónomo de Bissau (SAB) (NOMONO, 2014 *apud* CÁ, 2017). As regiões organizadas politicamente foram oficializadas em 1981 pelo Instituto Geográfico Nacional (Institut Geographique National, ING). Este autor demonstra que as composições das regiões são formadas pelas seguintes: Bafatá, Bolama, Biombo, Cacheu, Gabú, Oio, Quinara, Tombali e SAB (Setor Autónomo de Bissau). Abaixo, são mostradas no mapa as principais localidades que foram ocupadas como importantes áreas administrativas na Guiné-Bissau Pinto Bull (1989) *apud* Cá (2017):

Figura 02: Mapa de principais localidades administrativas.



FONTE: Acervo de Google. Disponível em: <<http://www.africa-turismo.com/imagens/mapa-guine-bissau.jpg>>. Acesso em 20/03/217.

Do ponto de vista económico, a Guiné-Bissau depende da exportação de castanha de cajú que revela mais de 90% das exportações, acima de 60% do PIB e cerca de 17% das receitas do Estado. O cultivo de mancarra (amendoim), arroz e milho tem um desempenho fundamental na agricultura de subsistência da família. Para além desses, o país tem “jazigos importantes do bauxite no Boé e de fosfatos em Farim” e há perspectiva benéficas quanto a petróleo offshore e nos últimos anos são exploradas areias pesadas nas zonas de varela, conforme observam Benzinho & Rosa (2015). A floresta guineense preenche uma superfície total de cerca de 2, 034 milhões de hectares, ou seja, representa uma taxa de ocupação na

ordem dos 56%, representado, por uso, uma maioria significativa económica, social e ambiental, principalmente, por possibilitar a produção de matéria-prima o consumo interno e a exportação, regulação do regime hidrológico e a proteção contra a erosão (GUINÉ-BISSAU, 2011 *apud* TINIGUENA, 2016, p.1). O Conselho de ministros refere que a floresta deverá cumprir, mediante atividades compostas, uma função gradual importante no desenvolvimento integrado e equilibrado das áreas rurais, aspectos que se encaixem nas resoluções genericamente notórias por agro-silvo-pastoris. Considerando que a floresta, no conjunto de todos os seus recursos, “é um património nacional, suporte de um projeto de desenvolvimento que visa atingir a segurança alimentar e o crescente bem-estar do povo” e, nessa ordem de ideia, deve ser respeitada e conservada (GUINÉ-BISSAU, 2011 *apud* TINIGUENA, 2016, p.1).

Do mesmo modo, lembra que na Guiné-Bissau as florestas preenchem mais da metade do território nacional e contribuem com 13,7% para o PIB e “servem de fonte de alimentos e de combustíveis (energia lenhosa), de materiais de construção, de fibras e servem de medicamentos para curas da maior parte da população local”. Por esta razão, as populações rurais necessitam das florestas para as suas atividades extrativas e para proveito das plantas medicinais e também estes sítios florestais são de utilidade para a realização das cerimônias sagradas (tradicional) (INDJAI, 2015 e Sanó, 2016 *apud* SANTIM CÓ, 2019, p-20). Ainda para este autor as florestas na Guiné-Bissau desempenham dois papéis, cultural e religioso, onde a população da região partilha de forma integrado as crenças religiosas, segundo as quais a zona de Cubucaré é habitado pelos espíritos- *irãs*, cujo a sociedade se encontra estruturada à semelhança do humano. Isto significa dizer que, o sentido de *mato* entre os grupos sociais étnicos existente em Guiné-Bissau serve de um espaço de interação e comunicação com o mundo espiritual, como o lugar de compartilhamento de segredos, experiências e de realização de *fanadu*- prática da educação tradicional. Conforme afirma Temudo (2009) *apud* Santim Có (2019) no mundo espiritual os irãs são responsáveis que guardam todos recursos da terra.

Em termos de estrutura de poder, o mundo das irãs está dividido como um país em diversas regiões, chefiadas por um “dono do chão”, que atua em colaboração com outras irãs “donos dos matos”, “donos dos rios”, “donos dos animais selvagens”, e que possui as suas “sentinelas” situadas em pontos estratégicos. As fronteiras entre estas subdivisões estão claramente definidas por rios, árvores, acidentes naturais ou pedras. Cubucaré encontra-se assim dividido em diferentes províncias de espíritos (chãos), e o acesso à terra e aos

restantes recursos naturais é controlado em cada um deles pelo chefe do grupo de descendência (djagra) que primeiro o povoou (TEMUDO, 2009 *apud* SANTIM CÓ, 2019, p.21).

Além disso, as florestas do país compõem um fato real que contribui no impedimento contra o fenômeno de desertificação, da degradação dos solos e do assoreamento e das bacias hidrográficas, suportando agricultura e produzindo madeira, lenha, carvão, caça e produtos florestais não lenhoso tais como mel, frutos, raízes, tubérculos, plantas medicinais, vinho e óleo de palma e entre outras riquezas que na Guiné-Bissau são importantes. A literatura científica aponta para cerca de 900 plantas diferentes na Guiné-Bissau, sendo que as 128 são aproveitadas em mezinhas tradicionais, 76 são de consumo de homem e 86 são usadas para pasto e na produção de artesanato (BENZINHO & ROSA, 2015).

Contudo, a influência demográfica, as mudanças climáticas, a interferência do homem por queimadas, a exploração massiva de madeiras consideradas importantes, a monocultura de mancarra (amendoim), de arroz e de caju, têm modado a flora (e a fauna) do país (BENZINHO & ROSA 2015). Se olhássemos para os dados históricos, poderíamos afirmar que a questão da exploração florestal na Guiné-Bissau não é algo recente, ela é muito antiga. Há dados que apontam para os períodos coloniais como início desta prática (TEIXEIRA, 2015), que interferiu negativamente nas florestas assim como na biodiversidade algo que pode trazer certas consequências negativas para a produção agrícola, como, por exemplo, a fraca chuva ou que poderá colocar em risco a vida da população, sobretudo para as pessoas que dependem geralmente da agricultura como beneficiários diretos da chuva para garantir a produção agrícola.

Sanó (2016) *apud* Santim Có (2019, p.7) afirma que as políticas ambientais aparecem como consequência das inquietações com a necessidade da criação de meios, técnicas, formas e sistemas estratégicos, com vista a evitar as alterações climáticas, levando em considerações dessa forma os aspectos socioeconômicos a partir de uma abordagem mais extensiva concernente a valorização da conexão entre o bem-estar humano e social. Sendo assim, Reigota (2014) *apud* Matos (2010) considera o Meio Ambiente como um espaço definido, onde os aspectos naturais e sociais estão em relações ativas e em constante interação. Segundo esse autor as relações transportam processos de natureza cultural e tecnológica e procedimentos históricos e políticos de modificação da natureza e de sociedade.

Com a efervescência dos fatos sobre o avanço industrial, na opinião da Ângela Maria Cavalcanti Ramalho (2010)

[...] o século XVIII, a ciência e a tecnologia passam a ser instrumentos usados pelo homem para controlar e modificar a natureza e provocando consequências muitas vezes irreversíveis, dificultando dessa maneira uma convivência harmoniosa entre a ética da responsabilidade e o avanço tecnológico (RAMALHO, 2010, s/p).

As políticas ambientais ainda é um assunto em discussão e de grande preocupação quer do ponto de vista mundial, nacional e local, na busca de modelos consensuais que não comprometem a vida humana e do planeta (dos ecossistemas/elementos naturais escassos). Por isso que Reigota (2014) *apud* Santim C6 (2019) faz uma análise histórica lembrando que na época de 1968 se realizou em Roma um encontro dos intelectuais dos Estados “ricos” (industrializados) com o objetivo de analisar o uso e a conservação dos recursos naturais não-renováveis e assim como o aumento demográfico mundial até o século XXI. Para esse autor os impactos da Conferência do Clube de Roma demonstrou claramente a necessidade indispensável da procura de vias para a proteção dos recursos naturais e para o controle e do desenvolvimento demográfico, como também seu investimento na transformação mental completa de utilidade e de reprodução. Essa conferência incriminava o aumento demográfico dos países não desenvolvidos (“pobres”) como uma das razões originadores dos problemas ambientais e não os modelos do consumo, segundo Justino (2010) *apud* Santim C6 (2019). O grande conteúdo discutido nessa conferência estava direcionado a poluição provocada pelas indústrias e nesse período de enorme poluição, teve grandes impactos nas vidas das pessoas em certos Estados industriais, principalmente os que usavam armas químicas nas guerras e conflitos militares (REIGOTA, 2014 *apud* SANTIM C6, 2019).

Laís Jabace Maia *apud* Ramalho (2010) lembra que a partir dos primeiros encontros internacionais sobre o meio ambiente e desenvolvimento em Estocolmo, Suécia, em 1972 uma nova abordagem sobre as questões ambientais foi possível. A década de 1980 abriu uma nova etapa significativa que representa disputas ambientais. Ainda na sua afirmação, declara que em 1992, vários países do mundo estabeleceram um importante memorando sobre a implementação de novo padrão de desenvolvimento baseado no “tripé economia-ecologia-equidade social”.

Assim, no encontro de Quioto, que buscava estabelecer metas para diminuição de emissões de gases poluentes responsáveis pelo efeito estufa, igualmente nas seguintes não se chegou a um entendimento porque os principais Estados poluidores os Estados Unidos e os Brics-negaram-se terminantemente a assumir suas obrigações para diminuir, nos próximos

quinze anos (1997-2012), suas emissões de CO₂, NO₄, SO₂ e metano, devido a sua rejeição numa reunião mundial que requisita um consenso unânime na votação, inviabilizou todos os ânimos.

Em 1997, a Rússia concordou com protocolo e, no término do mesmo ano, Austrália, também sob a orientação do governo trabalhista, anunciou a sua aderência as metas do pacto. Contudo mantém excepto do acordo, por enquanto, os Estados Unidos e os três Estados emergentes-China, Índia e Brasil que argumentam atingir um grau de desenvolvimento dos Estados “ricos”- (os países industrializados).

Neste sentido, o autor aponta que diversos relatórios foram publicados nos finais do ano pelo Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente-PNUMA, com o intuito de auxiliar no balanço ambiental do planeta e orientando a discussão sobre os caminhos da política ambiental a adotar-se para livrar de acidentes e seus impactos sobre populações indefesas, dos quais os relatórios apontam alguns indícios como os principais problemas, mas apenas destacam-se os seguintes (RATTNER, 2009):

- a concentração de gás carbono na atmosfera é um dos fatores que provocam o efeito estufa (...), o aumento do aquecimento global terrestre, em razão do aumento de consumo de combustíveis fósseis na produção de aço, cimento, energia termoelétrica e queimadas de biomassa, causou severos danos à camada de ozônio(...);
- a crescente escassez de água potável, com uma demanda crescente em consequência do aumento da população mundial, do desenvolvimento industrial e da agricultura irrigada, verifica-se uma oferta limitada de água potável distribuída de forma muito desigual. Relatórios de PNUMA estimam que 40% da população mundial sofrem de escassez de água, desde a década de noventa;
- a degradação de solos por erosão, sinalização e o avanço da agricultura irrigada em grande escala, os desmatamentos e a remoção da cobertura vegetal natural, o uso de máquinas pesadas, as monoculturas e o uso de sistemas de irrigação inadequadas, além de regimes de propriedades arcaicas, contribuem para a escassez crescente de terras aráveis (...);

- a população de rios, lagos, zonas costeiras e baías causando degradação ambiental continua por despejo de volumes crescentes de resíduos e dejetos industriais e orgânicos.

A maioria parte da literatura, quando fala sobre o conceito da sustentabilidade, se percebe que ela insere um quadro de implementação de políticas públicas que visa incentivar o uso consciente dos recursos naturais escassos, cujo intuito é alavancar os benefícios para o meio ambiente e a sociedade civil de uma forma geral o que poderão servir também para as gerações futuras. Ou seja, segundo o nosso entendimento presume-se que o desenvolvimento sustentável seria calcular os elementos naturais (recursos naturais) que conduzem para uma reflexão sobre a vida futura dos seres humanos decidirem sobre a sua prática cotidiana. Como destacado no relatório publicado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2008 (RATTNER, 2009, p.1970) a ideia de sustentabilidade está vinculada à “justiça social” e é uma questão de “vida e morte”, o que indica a necessidade de reformar a repartição dissemelhante de dinheiro, poder e de outros recursos, através de um bom sistema de governança, ajuda à sociedade civil e políticas económicas igualmente equitativas. Os impactos ambientais do consumo desenfreado como atitude humana vêm sendo um dos elementos centrais de debates, sobre as formas sustentáveis de organizar a produção, devido aos efeitos negativos sobre o meio ambiente. Preocupação global, pautada em uma realidade social moderna fortemente marcada pelos desafios tecnológicos, desejos e apelos mediáticos, que estimulam cada vez mais o consumismo. O contexto desta atual problemática abre espaço a novos conceitos de consumo: “ético”, “consciente” e “sustentável”, centralizados na utilização de produtos que busquem não colocar em risco a sustentabilidade ambiental e as necessidades da sociedade moderna. De acordo com Matos (2010), no seu livro “Educação Ambiental e Sustentabilidade II”, debruça a partir de uma visão geral sobre o conceito de sustentabilidade. Matos (2010, p.27) explicando que a origem do conceito deste surge numa altura em que a “globalização e a forte crise cultural, social e ambiental” tornou-se influente a partir de início do “Terceiro Milénio” que vem intensificando-se as difíceis problemáticas socioambientais existentes de âmbito planetário, “o efeito estufa, a redução da biodiversidade, fome e desordens sociais”. No entanto a partir desta noção que começam acreditar que é essencial construir um novo modelo de desenvolvimento, e foi nesta circunstância que realmente aparece a ideia de desenvolvimento sustentável, que até agora é um processo em construção, observando-se choques entre as diversas “visões políticas, económicas e científicas”. Por outro lado, Matos

(2010) também afirma ainda que não há consenso unânime sobre o conceito de desenvolvimento sustentável no que diz respeito a visão política, económica e científica porque as diversas percepções “ideológicas, sistemas político-económicos e condições ambientais” várias vezes se impossibilitam que o modelo de sustentabilidade possa ser totalmente criado.

Do mesmo modo, Camargo (2003) *apud* Maria Lúcia Carneiro Oliveira (et al., 2008, p.19) também trazem algumas reflexões importantes sobre o modelo acolhido como desenvolvimento desde segunda Guerra mundial, esses autores justificam que esta política foi fortemente suportada no crescimento económico, influenciado pela revolução industrial. Apesar disso, explicam também que essa forma do desenvolvimento trazido como sinónimo de avanço apresenta suas delimitações reconhecidas, na medida em que visa satisfazer somente as necessidades de certas pessoas de uma maneira parcial e de modo inclusivo a modificar-se a base de recursos disponível no planeta. Também na mesma linha do pensamento com Porto (2002) *apud* Oliveira (et al., 2008, p.20), revelam ainda que aproximação do homem com a natureza marcada pela forte exploração de recursos naturais não renováveis, as inovações em tecnologia e produtos, e o alto modelo de consumo dos países ricos tem instalado o assunto do meio ambiente no centro da discussão entre os “governos, organismos internacionais, cientistas e movimentos sociais”, por causa dos impactos que veem causando não somente a saúde humana, mas também os ecossistemas essenciais para a vida no planeta.

A noção de desenvolvimento sustentável (rural) tem como uma de suas premissas fundamentais o reconhecimento da “insustentabilidade” ou inadequação económica, social e ambiental do padrão de desenvolvimento das sociedades contemporâneas (SCHMITTI *apud* ALMEIDA, 1997; *apud* KELMA SOCORRO ALVES LOPES DE MATOS, 2012, p. 26)

Para Almeida (2007) *apud* Indjai (2015, p.17), o conceito do desenvolvimento se caracteriza como um processo dinâmico que busca ir ao encontro das precisões do presente sem comprometendo a eventualidade das gerações vindouras, satisfazendo assim as suas próprias necessidades. De modo simultâneo, Indjai (2015) defende ainda que o conceito de desenvolvimento sustentável surge para harmonizar um desenvolvimento económico com maior qualidade ambiental sem colocar em causa as gerações vindouras. Para Laís Jabace Maia (s/ano, s/p) *apud* Zhouri, (1998); 2006 e Laschefski (2001); 2002), os ânimos dos ambientalistas centralizam-se nas ações para uma espécie de “pedagogia do capitalismo”, ou seja, praticas voltadas para o esverdeamento do empresariado, no sentido da sua presunção

para adoção de planejamento de gestão ou de manejo ambiental, também políticas sociais. Ainda para Maia (s/ano, s/p) *apud* Zhouri et al. (2005), a adequação ambiental e social passo a passo não qualificou com as ideias inicialmente defendidas que visava promover uma remodelação aprofundada da comunidade urbana-industrial-capitalista, assim como as exigências associadas que reclamava e ainda contestando a esse modelo de desenvolvimento.

Entretanto, na nossa concepção importa explicar que entre varios contextos variaveis, percebe-se que as violações no processo de exploração dos elementos naturais (recursos ambientais) podem afetar profundamente não somente o meio ambiente, como também os atores sociais e/ou seres vivos envolvidos e por conseguinte gerar novas imediações problematicas ambientais na zona de grande interesse entre difrentes grupos sociais (agricultores, atores sociais, estatais e partidos politicos), por exemplo.

Rattner (2009, p.1970), no seu artigo “Meio ambiente, Saúde e desenvolvimento sustentável”, inicialmente traz uma contextualização histórica ressaltando que o conceito de sustentabilidade havia sido cunhado no relatório da Comissão Brundtland, divulgado em 1987 sob o título “Nosso Futuro Comum”. Também conforme este pesquisador, os delegados de vários países acordaram com a criação da agenda 21, na qual se inscreviam metas e estratégias para os fundamentais impedimentos ao desenvolvimento, começando desde nível local, regional, nacional e até internacional. Muito embora das críticas expressadas pelos criadores, mas o ritmo comum era de otimismo e firmeza nas políticas propostas para ultrapassar as lutas à construção de uma sociedade sustentável, nesta circunstância, segundo autor, foram indicados as três normas a respeito da sustentabilidade entre os quais destacam-se os seguintes: economicamente viável; socialmente equitativo e ecologicamente inofensivo. Alem disso, os representantes ignoravam-se, teoricamente e praticamente, a importância “ética da vida em sociedade” perante à dinâmica viciosa do cúmulo e proliferação do capital e suas colisões destruidoras na expropriação e “alienação dos trabalhadores e dos recursos naturais”.

Neste sentido, o autor interpreta que a argumentação que requer a preferência do crescimento económico como réplica aos impulsos do desenvolvimento é ilusório, porque cotidianamente amplificam as incertezas sobre um padrão do desenvolvimento que favoreça menor números das pessoas e traga reveses para maioria dos indivíduos, sendo que na sociedade as populações se tornam desapontadas e revoltosas adiante da carência de prisms e da incompetência dos governos de resolver suas perspectivas de Bem-estar.

Nesta ordem de ideia, Rattner (2009) explica que,

o Estado perdeu o monopólio de poder coercitivo para grupos armados envolvidos no tráfico de drogas, de armas ou de jogos ilegais. Entre os defeitos sociais desses processos desestruturadores, destaca-se a percepção de uma situação de caos, de insegurança, de perda de identidade e, assim, o enfraquecimento da solidariedade não pode ser reduzido ao “esverdeamento”, ao ecologicamente correto e, tampouco, ao economicamente viável (para quem?). Há uma dimensão social e ética que deve ser priorizada, assegurando os direitos humanos e a justiça social para todos, (RATTNER, 2009, p.1970).

Sendo assim, é da responsabilidade do Estado zelar pela “internalização dos custos sociais e das deseconomias das metrópoles, penalizando seus responsáveis”, comenta Rattner (2009, p.1970). Entretanto, a organização do sistema político não toca nas prerrogativas das elites, enquanto desconhece a carência das populações abandonadas. Em algum momento avançará o crescimento económico se for em setores que consomem “matéria-prima e fontes energéticas não renováveis”, que contaminam o meio ambiente e deixam “resíduos tóxicos” de árduo e custoso tratamento.

Por outro lado, este autor aponta que o esgotamento do paradigma de crescimento capitalista, do qual a natureza centralista e autocrata inviabiliza um desenvolvimento progressivo e pacífico para uma convivência democrática, põe em ordem a procura de um novo paradigma, um mundo democrático e inclusivo, preservado e direcionado por Estado que persiga como a sua finalidade a reformulação social, de suas áreas urbanas, da economia, do meio ambiente e da confraternização social como papel principal do nosso tempo.

O ecologismo ou ambientalismo se ampliou como uma contestação ao crescimento económico (MARTINEZ ALIER, 2014, p. 21), embora na sua totalidade poucos dos ambientalistas se contraponham ao crescimento económico. O autor apresenta três correntes fundamentais atreladas ao movimento ambientalista: “o culto ao silvestre”, “o evangelho da ecoeficiência” e “o ecologismo dos pobres”,

A primeira corrente defende a ideia da “natureza intocada, o amor aos bosques primários e aos recursos d’água”, tendo como o representante dessa corrente *John Muir e pelo Sierra Club dos Estados Unidos América*, conforme aponta Martinez Alier (2014, p. 22); Que o culto ao silvestre não combate ao crescimento económico (...) contudo, dispõe em debate uma ação de retaguarda, que segundo Leopold (1970) *apud* Martinez Alier (2014, p.22) propôs a preservação e a conservação do que sobra nas áreas da natureza original colocados fora da ação do mercado. Portanto, de acordo com este autor o culto ao silvestre tem o seu surgimento com base ao amor às belas paisagens e de valores significantes que não olham para os interesses materiais. Neste sentido, constata-se que a sugestão política fundamental dessa corrente do ambientalismo se consta em suportar reservas naturais,

nomeadas, parques nacionais ou naturais, ou algo igual, livres da intervenção humana, de acordo com afirmação de Martinez Alier (2014, p.22). A corrente vem defendendo a ideia de uma natureza sagrada que está longe do uso humano.

A segunda corrente se preocupa mais com as consequências do crescimento económico. O seu cuidado está focalizado para os impactos ambientais ou riscos à saúde resultantes das ações “industriais, da urbanização e também da agricultura moderna”. Ou seja, tem uma preocupação geral que centralize apenas na economia e em vários momentos está em defesa do crescimento económico, mas não a qualquer custo. Também essa corrente afiança no desenvolvimento sustentável, na modernização económica e o bom uso dos recursos. Ainda preocupado com “a produção de bens e com manejo sustentável dos recursos naturais” e pouco se preocupa com a escassez dos atrativos naturais ou dos seus valores inerentes. Essa corrente, os seus representantes usam a palavra natureza, todavia pronunciam exatamente de recursos naturais, ou e inclusive capital natural e serviços ambientais. Hoje em dia esse credo pertence um movimento de engenheiros e economistas, e como uma religião de uso e da eficiência técnica que está isento da noção do sagrado. Esta modernização ecológica marcha sobre duas pernas: “uma económica, com ecoimpostos e mercado de licenças de emissões; a outra, tecnológica, apoiando medidas voltadas para a economia de energia e de matérias-primas”. O credo do evangelho-da ecoeficiência se pausa na economia ambiental (cuja mensagem é sintetizada em conquistas preços correntes por intermedio da “internalização das externalidades”) e na volta disciplina industrial, atrelado ao estudo do “metabolismo industrial”. Portanto, a economia se transforma numa “ciência gerencial para limpar ou remediar a degradação causada pela industrialização” (VISVANALHAM, 1997 *apud* MARTINEZ ALIER, 2014). A ecoeficiência tem sido narrada, nesse sentido, como relação empresarial com o desenvolvimento sustentável

A terceira e última corrente se discute sobre essa mesma ideia de sustentabilidade ambiental, porém concernente à questão da justiça ambiental. Essa tendência também ganha o nome de “ecologismo dos pobres, ecologismo popular ou movimento de justiça ambiental”. Este igualmente tem sido intitulado “ecologismo da *Livelihood*, do sustento, da sobrevivência humana” segundo aponta (GARI, 2000 *apud* MARTINEZ ALIER, 2014,p.33) e, inclusivamente, como ecologia da libertação como afirmam Peet e Watts, (1996) *apud* Martinez Alier (2014,p.33). Essa terceira corrente indica que infelizmente o crescimento económico provoca grandes embates no meio ambiente, no qual legando para mudança do território na busca das fontes de recursos e assim como as zonas de descarte dos resíduos

porque segundo este investigador, se verifica que os países ricos dependem de importações originárias do sul para resolver parcela gradual e cada vez maior das buscas por matérias-primas e bens de consumo (MARTINEZ ALIER, 2014,p.33):

Até muito recentemente, a justiça ambiental como um movimento organizado permaneceu limitado ao seu país de origem, muito embora o ecologismo popular ou ecologismo dos pobres constituam denominações aplicadas a movimento do Terceiro Mundo que lutam contra os impactos ambientais que ameaçam os pobres, que constituem a ampla maioria da população em muitos países. Estes incluem movimentos de base camponeses cujos campos ou terras voltadas para pastos têm sido destruídos pela mineração, ou por pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra os barcos de alta tecnologia ou outras formas de pesca industrial, que simultaneamente destroem seu sustento e esgotam os bancos pesqueiros; e por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades afetadas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo dessas instalações, (KRURIEM, 1992; Mc GRATH et al., 1993 *apud* MARTINEZ ALIER, 2014, p.34).

De lembrar que essa terceira corrente de acordo com Martinez Alier (2014, p.36) tem ajuda da agroecologia, da ecologia política e, em certa altura, da ecologia urbana e da economia ecológica. Como também recebe o apoio dos sociólogos ambientais. Conforme o entendimento do autor, percebe que a justiça ambiental está ganhando força cada vez mais a nível internacional devido inevitável conflitos ecológicos distributivos. Dado que à medida que amplia “a escala da economia, mais resíduos são gerados, mais os sistemas naturais são comprometidos, mais se deterioram os direitos das gerações futuras, mais o conhecimento dos recursos genéticos são perdidos”. Lembrando que certos grupos de geração contemporânea são impedidos de acesso aos elementos naturais e serviços ambientais e sofrendo imensamente com a poluição (MARTINEZ ALIER, 2014, p.36). Entretanto, de maneira como está apresentada essa situação também cabe ressaltar que os avanços tecnológicos não revelam necessariamente uma resolução para o conflito entre economia e o meio ambiente. Contrariamente, riscos anônimos incorporados às novas tecnologias causam bastante conflito de justiça ambiental.

Portanto, podemos perceber que o movimento da justiça ambiental, segundo o entendimento de (MARTINEZ ALIER, 2014, p.36), tem facultado modelos de “ciência participativa”, de igual modo pela designação de “epistemologia popular”.

No Terceiro Mundo a combinação da ciência formal com a informal, a concepção de “ciência com pessoas”, antes que uma “consciência sem pessoas”, caracteriza a defesa da agroecologia tradicional de grupos camponeses e indígenas, com os quais há muito que ser aprendido através de um autêntico diálogo de saberes. A terceira corrente foi identificada a

partir de 1985 como “agrarismo ecologista” (GUHA E MARTINEZ ALIER, 1997 *apud* MARTINEZ ALIER, 2014), aparentado a um “narodnismo ecológico” que implicava (Martinez Alier e Schupmann, 1987 *apud* Martinez Alier, 2014) um vínculo entre movimentos camponeses de resistência e a crítica ecológica para o enfrentamento da modernização agrícola, assim como da “silvicultura científica” (Guha, 1989, *apud* Martinez Alier, 2014), afirma (MARTINEZ ALIER, 2014, p.37-37).

Em tudo que abordamos até aqui relativamente as três correntes sobre meio ambiente, resumidamente, observa-se em ordem as inquietações e o ativismo ambientais, de acordo com Martinez Alier (2014, p.38-39):

- O “culto ao silvestre” ou “à vida selvagem”, preocupado com a conservação da natureza silvestre, sem se pronunciar sobre a indústria ou a urbanização mantendo-se indiferente ou em oposição ao crescimento económico, muito preocupado com o crescimento populacional e respaldado cientificamente pela biologia conservacionista.
- O “credo de ecoeficiência”, preocupado com manejo sustentável ou “uso prudente” dos recursos naturais e com o controle da contaminação, nas se restringindo aos contextos industriais, mas também incluindo em sua preocupações a agricultura, a pesca e a silvicultura. Essa se apoia na crença de que as novas tecnologias e a “internalização da externalidade” constituem instrumentos decisivos da modernização agroecológica. Essa vertente está respaldada pela ecologia industrial e pela economia ambiental.
- O movimento pela justiça ambiental, o ecologismo do popular, o ecologismo dos pobres, nascidos de conflitos ambientais em nível local, regional e global causado pelo crescimento económico e pela desigualdade social. Os exemplos são os conflitos pelo uso da água, pelo acesso às florestas, a respeito pela carga de contaminação, e o comércio ecológico desigual, questões estudadas pela ecologia política. Em muitos contextos, os atores de tais conflitos não utilizam um discurso ambientalista. Essa é uma das razões pelas quais a terceira corrente do ecologismo não foi, até anos de 1980, plenamente identificada [...].

No período recente, em que se começou a ter intervenção social e política sobre o meio ambiente, ainda se revela preocupante e extremamente crítico devido a forma como esta prática vem ganhando espaço no território guineense, condicionada pela instabilidade

política cíclica e social. O abuso do poder assente nas instabilidade política impede assim a efetivação plena e o cumprimento cabal das políticas ambientais e de sustentabilidade, este fato vem contribuindo para o corte abusivo das árvores no país, uma ação que poderá colocar em risco a vida das pessoas e comprometer o ecossistema através da prática de desflorestação e da alteração climática, não só no território guineense, mas também pode causar problemas a nível regional e global. A instabilidade governativa permanente em Guiné-Bissau é o fator principal que impede o fortalecimento para uma boa política pública voltada à sustentabilidade ambiental e dificultando a implementação de medidas legais cabíveis para exploração sustentável do meio ambiente em consonância com o bem-estar da população, porque o controle do poder por parte de vários titulares estatais que aproveitam do amiguismo com os fardados envolvidos na má prática para ter domínio completo sobre a exploração dos elementos naturais para fazer o que quiser sem respeitar as leis do país estabelecidas para o efeito. A autoridade governativa guineense é inexistente e frágil, perde a sua autonomia política ativa para repor a ordem da execução governativa visando estancar esta prática criminosa, que muitas das vezes suportada pelos milipolíticos (milipolíticos-é um termo inventado por mim para caracterizar ação criminosa dos militares que desempenham dois papéis em simultâneo sendo militares reconhecidos, mas que atuam ao mesmo tempo como políticos não identificados).

Após o golpe militar de 1998, a partir do qual houve muitas disparidades no cumprimento das leis do país, á medida que quase todos setores, principalmente o setor do meio ambiente foi afetado. Os cortes de árvores são incontrolável porque já não é possível identificar quem realmente é o chefe que possa fazer cumprir com a orientação do Estado, e sobretudo fazer com que as leis sejam rigorosamente acatadas devido o imperio do poder militar instalado na sociedade guineense, não só, como também a disfuncionalidade do Estado democrático no território nacional. Candé Monteiro (2015), a guerra (conflito político-militar) de 7 de junho de 1998 foi a consequência do golpe de Estado, que cessou o mandato do Presidente e do governo eleitos do PAIGC, enfraquecendo assim “o processo democrático recém-implementado” na Guiné-Bissau. Toda esta razão serve de grande reflexão para a definição do ano dois mil (2000) como marco temporal do campo do estudo deste trabalho em Guiné-Bissau, um período em que houve o retorno da ordem constitucional que culminou com o processo das eleições gerais multipartidárias no país, que decorreu no dia 28 de novembro em 1999, onde foram vencidas pelo falecido ex-Presidente da República Kumba Yala, do Partido da Renovação Social Candé Monteiro (2015).

É plausível compreender que a década de dois mil (2000) vai ser um marco decisivo de análise para esta temática, sobretudo no que se refere a exploração florestal de madeira em Guiné-Bissau, este período não significa apenas a saída do país da guerra civil de 1998, mas também constitui o fim do imperio da lei, onde os militares passaram a ser donos da terra e mentores da tomada de decisões no país. O que significa salientar que, segundo Teixeira (2015, p.70), no início das décadas de 1990 em decorrência do processo da democratização, verificou-se uma propensão da instalação de governações autoritárias perante golpes de Estado, o que representa a proibição de qualquer modo de reivindicação aos regimes militar montados. Ainda na sua observação, os golpes de Estado passaram a sombrar no cotidiano da agenda da política dos essenciais atores políticos do território guineense, cooperando inesgotavelmente para produção de um “ambiente social e político crítico”. O sucessivo golpe no país inviabilizou o normal funcionamento do país, não só, mas reduziu a capacidade dos governos para implementação das políticas públicas, e principalmente o controle dos recursos naturais como as florestas.

É importante salientar que com a instabilidade política em 2012 (golpe militar), o país vem passando pela exploração contínua de madeira ao longo dos últimos anos, motivando, assim, a escolha desta temática com o intuito de desvendar minhas inquietações. Desse modo, pretendemos com este trabalho refletir sobre sustentabilidade e os impactos políticos e sociais da ausência ou precariedade de políticas da preservação do meio ambiente em Guiné-Bissau. Ciente de que o debate desta natureza ainda é muito precário em Guiné Bissau, por ser uma questão menos privilegiada e pouco abordada pelos governantes, a abordagem deste assunto tornou-se algo precioso e relevante para nossa pesquisa.

Certamente é preciso reconhecer que desmatamento florestal conflitos ambientais e desenvolvimento sustentável em questão não são habitualmente comentados pelos nossos governantes, mas em certas ocasiões, ainda que pouco, se abordava sobre o assunto de uma maneira superficial; às vezes acontece, ocasionalmente, nos discursos oficiais.

Portanto, assinalo que, em decorrência da minha pouca experiência de debate político e acadêmico, eu não possuía uma visão crítica tão ampla para fazer uma análise aprofundada a respeito da referida temática sobre questões ambientais pois tal temática não era comentada nas salas de aula, principalmente, por ser tido como um assunto pouco valorizado por parte dos professores titulares de ensino. Quanto a esse assunto no seio familiar, no caso particular da minha família, ele era uma temática abordada mais no sentido do saber local tradicionalmente praticado e reconhecido o que não possibilitava a minha compreensão, já

que os meus pais têm pouca instrução sobre o assunto e ainda não tiveram oportunidade de receber estudo ou formação escolar.

Enfim, todas essas razões da discussão resultaram, da minha parte, em não compreensão do assunto, que, particularmente, considero como um dos mais importantes para qualquer cidadão que deseja compreender as dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais de seu próprio país. Para além desse fato tão marcante, suponho ainda que esse processo ainda não se encontra concluído. Pelo contrário, sei de suas limitações, desafios e lacunas. Sendo assim, esse estudo emerge no sentido de eu, enquanto guineense, tentar analisar o Desmatamento Florestal em Guiné-Bissau: Conflitos socioambientais e desenvolvimento sustentável em questão.

Hoje, tenho interesse em estudar e aprofundar mais sobre essa temática, por diferentes razões que me levaram a estudar fora do meu país. O momento selecionado (2000 a 2019) é relevante e significativo porque a partir desta década do ano 2000 marca o início da saída do país da guerra civil de onze meses, o que vem contribuindo para essa sensação: desmandos dos poderosos, cortes excessivos e ilegais das florestas no território guineense, que envolve de forma direta as autoridades na prática de comercialização de madeira, e conseqüentemente a comunidade local. Regulamento não cumprido, essa situação desencadeou um descontrole total, a desregulamentação das instituições do Estado, praticamente a terra não tinha dono. A instabilidade política influenciou fortemente na prática criminosa. Como também o ano de 2019 o período em que o novo governo demonstra a necessidade da criação de uma secretaria de Estado do Ambiente e Biodiversidade com a necessidade efetiva da implementação das políticas ambientais em Guiné-Bissau.

Nesse ensejo, surgiram vários questionamentos: Que política o Estado guineense propõe para exploração dos recursos florestais de forma sustentável? Quais são os instrumentos legais e institucionais para fiscalização de atividades que afetam o meio ambiente? Que grupos disputam a política pública sobre o meio ambiente? Como as empresas nacionais e/ou estrangeiras interferem no direcionamento de políticas e de legislação ambiental? Para responder tais perguntas, foi necessário traçar como objetivo: analisar como os conflitos que envolvem a sociedade civil e atores políticos sobre a forma de exploração dos recursos florestais afetam as políticas de preservação ambiental na Guiné-Bissau.

De forma específica, procuramos o seguinte: 1) analisar as políticas do Estado Guineense para o meio ambiente, mais especificamente, as ligadas à preservação de recursos

florestais; 2) analisar a construção do desmatamento como problema público; 3) descrever as estratégias políticas e sociais sobre o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau; 4) analisar o papel das ONGs nacionais e/ou internacionais na definição dos conflitos sociambientais e no direcionamento de políticas; 5) analisar como empresas nacionais e/ou estrangeiras interferem no direcionamento de políticas e de legislação ambiental; 6) analisar como o debate e ações a respeito do desenvolvimento sustentável articula educação ambiental e a participação de populações diretamente ligadas à utilização dos recursos ambientais. Para compreender esses fatos que nos inquietam realizamos uma pesquisa qualitativa de cunho bibliográfica e documental, da revisão bibliográfica, que envolveu identificação e leitura de documentos oficiais, livros, teses, dissertações e artigos publicados em revistas acadêmico-científicas de circulação no Brasil e na Guiné-Bissau e entre outros. Segundo (CRESWELL, 2010, p.208-209) na pesquisa qualitativa “os pesquisadores coletam pessoalmente os dados por meio de exame de documentos, de observação do comportamento ou de entrevista com os participantes” e este tipo, “é uma forma de investigação interpretativa em que os pesquisadores fazem uma interpretação do que enxergam, ouvem e entendem. Suas interpretações não podem ser separadas de suas origens, histórica, contextos e entendimentos anteriores”. Na abordagem sobre pesquisa documental Lakatos e Marconi (2003) argumentam que há possibilidade de o pesquisador trabalhar tanto com documentos escritos, assim como não escritos. Diante dos fatos, neste trabalho de pesquisa refletimos sobre o interesse de analisar de maneira mais geral, como os conflitos que envolvem a sociedade civil e atores políticos sobre a forma de exploração dos recursos florestais afetam as políticas de preservação ambiental na Guiné-Bissau.

A pesquisa traz a incumbência que constitui uma metodologia capaz que capta as contradições vivenciadas na atual sociedade guineense, não só como também o enfrentamento das questões colocadas durante esta pesquisa realizada a partir de um referencial teórico-metodológico alicerçado nos trabalhos teóricos, pois percebemos que a necessidade da perspectiva dessa pesquisa nos permite refletir a partir de uma veracidade concreta facultada, compreendemos nosso objeto de pesquisa como elemento da parte de uma totalidade composta de numerosas relações e determinações. Quanto a estrutura, o trabalho está dividido em dois capítulos. No primeiro capítulo, fizemos abordagem sobre breves considerações históricas sobre as problemáticas ambientais em África e em Guiné-Bissau; no segundo capítulo, analisamos sobre as políticas e a legislação sobre proteção de florestas em Guiné-Bissau. Por último, temos as considerações finais.

CAPÍTULO I

BREVE CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS SOBRE AS PROBLEMÁTICAS AMBIENTAIS EM AFRICA

No presente capítulo aborda-se sobre algumas considerações vinculado aos problemas ambientais em África, não só, mas também apresenta alguns problemas da sociedade contemporânea que afetam o meio ambiente e conseqüentemente discute-se também sobre os assuntos internacionais sobre as políticas ambientais. Sociólogos como Beck (1999) e Giddens (1990) *apud* Ramalho e Santos (2010, s/p) no seu artigo “Ética, Responsabilidade e Consumo Sustentável: uma aproximação necessária” apontam que diversos riscos que os homens enfrentam na atualidade são resultados da própria atitude do homem na busca de construir as sociedades de consumo, a razão pela qual estas práticas passam a ser questionadas e politizadas. Portanto, o debate sobre o consumo sustentável “problematiza o consumo cotidiano, moldando os termos do debate público e levando as pessoas a refletir sobre a relação entre escolha e responsabilidade” (BECK, 1999; GIDDENS, 1990; *apud* RAMALHO e SANTOS, 2010, s/p). Neste sentido, esses autores chamam atenção na medida em que o mantimento da natureza é o estado de continuidade do homem ainda para eles conservar a natureza significa sustentar o ser humano. De igual modo, ao transformar o meio ambiente, se configura como um risco para a manutenção da coletividade. No entanto, essa relação entre o ser humano com a natureza não era para usurpar nem ferir a integridade e a harmonia do objeto. Os dois mantinham uma afinidade de precisão da sobrevivência, não havendo a noção de um avanço ilimitado. Ainda na concepção dos dois autores, o consumo deve levar em consideração “os valores e compromissos éticos”, porque o homem considerável eticamente responsável é apto de reduzir a capacidade humana de atuar como assolador a “autoafirmação do ser na existência da vida e da natureza” para nesta altura, promover um desenvolvimento sustentável (BECK, 1999; GIDDENS, 1990; *apud* RAMALHO e SANTOS, 2010, s/p).

Embora no pensamento do Edson Vicente da Silva et al. (2010, p. 25-26) revelam-se que a sociedade contemporânea apresenta um risco de caráter cultural que tem a sua influência no modo direto na qualidade ambiental e na vida humana planetária como um todo, percebe-se também que as estratégias de relação e adequação entre o homem e a natureza não têm sido harmônicas, devido a um olhar restrito que se expõe, considerando ao

devido cuidado com a regeneração dos elementos naturais (recursos naturais) e paisagísticos. Ainda segundo ele, se percebe que a afinidade entre a natureza e sociedade tem sido excessivamente insustentável, motivando uma enorme desigualdades socioeconômicas e danos ambientais irreversíveis. Considerando as informações desta natureza nos direcionam em querer que a intervenção excessiva humana sobre a natureza representa uma ameaça perigosa sobre a sobrevivência dos elementos naturais fato que constitui uma preocupação mundial de várias organizações sobre o meio ambiente.

Na Conferência do Rio/92 os participantes assinaram dois importantes acordos internacionais, referente à “Mudanças Climáticas e a da Proteção da Biodiversidade”. Foi a partir dessa época que o conceito de desenvolvimento sustentável entrou no discurso formal de agências internacionais, governos, instituições empresariais (ambientalíssimo de mercado) e assim como algumas ONGs ambientalistas. Também foi nesse encontro que possibilitou a produção de vários documentos, entre os quais destaca-se Agenda 21, um documento que institui a necessidade de cada Estado a se empenhar e meditar globalmente e local, sobre a maneira em que os governos, empresas, organizações não-governamentais e todos os setores sociais se devem cooperar-se na verificação dos mecanismos para solucionar as questões socioambientais e com uma séries de recomendações aos governos, sobretudo adotar medidas para promover uma educação ambiental e os acordos confeccionados pela sociedade civil, por exemplo o Tratado sobre a Educação Ambiental para assegurar uma sociedade sustentável (SANTIM CÓ, 2019, p.16).

Contudo, o parco efeito atingido nesses 37 anos de encontros e conferências, das quais tomaram parte vários representantes, políticos, jornalistas e enviados das ONGs- Organizações não-governamentais acarretam desânimo e desespero daqueles que batalham incansavelmente para “salvar” a vida planetária e humana de desgraças ecológicas cada vez mais constantes e violentas (RATTNER, 2009). Kelma Socorro Alves Lopes de Matos (2012) explica que o conhecimento sobre o meio ambiente coloca o ser humano em diversas atitudes que pode produzir dependência material que recompõe danos de curto e ao longo prazo, isto significa que,

Conhecer o ambiente que vivemos nos torna protagonistas das mais variadas ações que determinam se a nossa atuação extractivista, produtiva, transformadora, harmoniza-se com ele suscitando-lhe benefícios, ou se apenas supre as necessidades como seres dependentes, sem fornecer-lhe materiais que permitam a recomposição das perdas a curto e longo prazo (MATOS, 2012, p.317).

Na África, a manutenção do meio ambiente e concernente ao desenvolvimento sustentável também é um assunto que se verifica não somente a partir de modelos universais, mas também com base nos conhecimentos endógenos e localmente produzidos. De acordo com a observação de Ibaba (2008) *apud* Kah Henry (2014), Gana ajustou-se em 1959 a sua política dos pântanos. Do mesmo modo Anku (2006) *apud* Kah Henry (2014, p.177-178) também ressalta que os pântanos são um prepotente elemento dos recursos naturais de Gana igual aos de outros Estados costeiras do Golfo da Guiné. Ainda segundo este investigador, essa política propõe-se avaliar para um uso cuidadoso dos pântanos que possa favorecer o país e sua população, no presente e no futuro, tendo como a sua finalidade principal incluir a formação de gestão estável e uma aplicação sustentável dos pântanos de Gana, pautada na conservação da utilidade ecológica e de apoio à vida desta zona. Este país fortaleceu uma base tradicional para conservação dos pântanos através de diferentes sistemas de gestão autóctones em diversas localidades deste país.

Por outro lado Anku (2006) *apud* Kah Henry (2014) reporta que o povo de Gana fez uso de leis comuns e/ou tabus da sua zona para impor sanções contra os valores tradicionais. Neste sentido, certos pântanos são respeitados como residência dos “deuses”. Contudo, mesmo que esta norma tradicional de conservação seja valorizada, o constrangimento sobre os recursos tem obrigado as pessoas a desrespeitar rituais atrelados a estas áreas e a devastá-los a procura de meios de sobrevivência. Este autor também ressalta outro aspecto semelhante relativamente a conservação do meio ambiente, sobretudo quando se mostra que os governos de Camarões e da República Centro-Africana, por exemplo, criaram leis florestais com vista a regulamentação da gestão sustentável da rica floresta equatorial. Segundo ele, os programas de floresta comunitários ocorrem em Camarões, onde as comunidades conservam recursos naturais e precisam praticar um papel principal na sua gestão.

Algumas considerações relevantes também neste sentido podem ser úteis para análise desta temática na África sobretudo nas regiões de Golfo da Guiné. Para Henry Kah (2014 p.166), a alta dependência nos produtos primários tendo em vista ao desenvolvimento nacional e/ou a apropriação pessoal tem agrupado alguns Estados do Golfo da Guiné a penhorar seus recursos naturais, por exemplo petróleo, madeira, peixe e produtos agrícolas as organizações de doadores e aos países industrializados e os países em desenvolvimento. Esta situação causou resultados negativos para manutenção das populações no Golfo da Guiné.

Ainda para Kah Henry (2014), no fim do período de 1980, tendo em vista a imposição sobre os governos para liberar as economias nacionais trouxe impulsos na gestão sustentável dos recursos naturais, pois vários desses países ficaram na submissão e a exploração estratégica. Segundo Melhor (1997) *apud* Kah Henry (2014,p.167) argumenta que uma sociedade baseada somente no “homem económico” será “ecológica, psicológica espiritualmente insustentável” por outro, lado lembra-se também que o crescimento da pirataria marítima é o resultado imediato desta concorrência sobre a exploração e eliminação do meio ambiente. Também o crescimento da insegurança do meio ambiente e humana nas zonas como a região do delta do Níger na Nigéria, Golfo do Benim, Cabinda e um esgotamento acelerado dos estoques de peixes no Oceano Atlântico acarretado pela pesca incontrolada por Chineses e navios da União Europeia vozeiam por uma governança apropriada pelos institutos responsáveis por esse setor económico, conforme se refere *Good governance...* (2013) *apud* Kah Henry (2014 p. 167). Esse olhar realista também pode ser uma forma de sustentabilidade dos recursos naturais existentes no mar que possam servir como riqueza para as gerações futuras desta localidade.

Neste sentido que muitos desses países do Golfo da Guiné veem criando as organizações administrativas com os objetivos de gerir a grande quantidade de recursos naturais que se verifica, descreve o Relatório da Comissão sobre Governança Global de 1995 (KAH HENRY, 2014). Esta questão também atingiu uma dimensão de política ambiental nas regiões africanas. A partir do grande programa de Ecossistema Marinho do Golfo da Guiné, criado através do Fundo Mundial para o Meio Ambiente, houve como objetivo a assistência a muitos países do Oeste africano para administrar sustentavelmente seus recursos naturais/elementos naturais (ANKU, 2016 *apud* KAH HENRY, 2014, p.177). Destacam-se, de acordo com este autor, a Costa de Marfim, Gana, Togo, Benim, Nigéria e Camarões que iniciaram o Projeto do Grande Ecossistema Marinho do Golfo da Guiné/GOGLME. Com o tempo, estes Estados obtiveram a aderência de outros países, como a Guiné-Bissau, Serra Leoa, Libéria, São Tomé e Príncipe, Guiné equatorial, Gabão, República Democrática de Congo e Angola. Contudo, o GOGLME apresenta várias finalidades fixadas como poluição, erosão costeira e proteção de habitat natural com vistas a ter controlo do aumento da erosão costeira e estabelecer mangues e leitos de algas marinhas. Os países membros e/ou dignatários desta iniciativa aceitaram em criar programas de apreciações para investigar os parâmetros-chave ambientais e biológicos com o objetivo de atingir o desenvolvimento sustentável. Um de cada seis países também organizou e fixou

um Programa de Ação Estratégica com a finalidade em cumprir com suas metas. Outras diligências regionais também consistem na criação da comissão do Golfo da Guiné cuja concordância a promoção da paz e a segurança foi ratificado pelos representantes dos países interessados, em 21 de fevereiro de 2001. Ainda nesta sessão de chefes de Estado a mesma comissão também analisou situações económicas, sociais e ambientais dos países que fazem parte desta organização, tendo como foco (missão) central conciliar e regulamentar a exploração dos recursos naturais nos países do Golfo da Guiné.

Outro aspeto relevante abordado pela *United Nations Development Programme* (1998) (KAH HENRY, 2014) é a afirmação de que no final da época do século XX, a organização do Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas estabeleceu uma fiscalização de poluição industrial na água para o Golfo da Guiné. Para além disso o projeto ainda procurou fortalecer as instituições, avançou com treinamento e monitoramento de equipamentos e recursos humanos das organizações incluídas em monitoramento ambiental, a instituição de comunicação efetiva entre organismos para permutar e correlacionar informação. Embora haja políticas de gerência estabelecidas e executadas por alguns Estados do Golfo da Guiné- e de um expediente regional para a governança sustentável dos recursos da região, ainda há lutas resultando em conflitos e insegurança do meio ambiente.

Um dos problemas ambientais na África contemporânea é a questão da “urbanização, crescimento populacional, agricultura, extração de lenha, beneficiamento de sal e de areia ameaçam a sobrevivência dessas áreas” (ANKU, 2006 *apud* KAH HENRY, 2014, p.183). A edificação de habitações, o crescimento de favelas, a mineração, a degradação do solo, a poluição da água é apontada como elementos desta problemática.

O Caso da Guiné-Bissau

Na Guiné-Bissau é lícito supor que a comunidade guineense se matém informado que durante os séculos o país viveu numa situação sob custódia do domínio colonial portuguesa, porque o regime colonial sempre que procurava impiedosamente construir uma fortuna que mantivesse o seu sistema exploratório. Para Teixeira (2015, p.151-152), a ideia do desenvolvimento em Guiné-Bissau estava atrelada a procedência económica exercida através de troca de produtos ambientais e agrícolas no território guineense, fruto de força

camponesa. Os portugueses durante o regime colonial pretendiam intencionalmente criar uma economia de cultivo que atendia a satisfação do mercado externo o que provocou lutas entre os povos nativos e o sistema colonial portuguesa. Portanto esta afirmação pode nos conduzir a entender sobre o que estava passando nas antigas colônias portuguesa na África sobre os conflitos ambientais, principalmente no caso específico da Guiné-Bissau.

Os comerciantes cabo-verdianos fundaram as chamadas pontas destinadas ao comércio de cana-de-açúcar e arroz. As primeiras surgiram na região de Oio, Biombo e Cacheu, dentro ou nas proximidades de território Balanta. Em finais do século XIX, teve início nas planícies costeiras de Quinará um apreciável desenvolvimento das pontas, pelo qual foram responsáveis não só os comerciantes cabo-verdianos, mas também alguns proprietários de terras de etnia Biafada, Pepel e africanos cristãos (DRIFT, 1999 *apud* TEIXEIRA, 2015, p. 152).

Nesta análise, de modo geral, aprecia-se que os colonizadores protagonizaram a imposição do trabalho compulsório que facilitou assim a obtenção de mão-de-obra acessível para a edificação das infraestruturas públicas, exploração da terra e atendendo a necessidade comercial da política do governo colonial portuguesa. Este fato, na sua visão, facilitava também o controlo do comércio e domínio político do regime colonial realizado de forma coercitivo e autoritário em todas suas antigas colônias na África.

Miguel de Barros (2018) comenta que os padrões coloniais assentaram o seu crescimento ao custo de territórios dominados e explorados que devastou “culturas, tradições, territórios e recursos”. Esse autor, demonstra que o modo extrativismo arruinou nações e ficou insustentável, sobretudo com o fim oficial da colonização.

Entretanto, o fim da colonização não implicou o fim do modelo econômico colonial. Construiu-se uma “visão do Norte”: desenvolvidos e produtores de tecnologia; e Sul: subdesenvolvido e fornecedores de matéria-prima, como as antigas colônias. Isso teve como consequência o aumento da dependência dos países do Sul em relação ao Norte e o reforço de uma visão financeira da gestão dos recursos naturais e do ambiente. Gerou conflitos fortes nos países africanos, por exemplo, República Democrática do Congo, Gabão e Nigéria, um dos mais ricos do continente africano, cujas lideranças lutam pelo controle dos recursos naturais para servir de fiel parceiro à antiga potência colonizadora, mas sem criar condições de transformação de condições de vida de quem produz ou de partilha das vantagens, menos ainda de geração de capacidade interna de transformação (MIGUEL de BARROS, 2018).

Lembrando que na Guiné-Bissau durante o período colonial os conflitos florestais se deram através da obrigação de um trabalho violento impostos, exploração socioeconômica e cultural da sociedade civil, na medida que cresce a imposição colonial no território

guineense aumentou focos de resistências locais contra a exploração econômica e o domínio político do regime colonial portuguesa por parte de grupos étnicos, (TEIXEIRA 2015). Também esta situação não se limitou apenas nos territórios guineenses, mas também causaram conflitos ambientais nos territórios Cabo verdianos durante o período colonial. Por outro lado, afirma (TEIXEIRA, 2015), que a alienação econômica e a pobreza originaram conflitos, em 1822, apesar do controle dos conflitos não se consolidou de forma direta e nem se reduziu no curto prazo sem reação e novas revoltas contra o domínio colonial.

Desde época colonial sempre foi reconhecido internacionalmente que a exploração sobre a exploração de recursos nas áreas costeiras da República da Guiné-Bissau aconteceu de maneira desenfreada que provocava notoriamente estrago no que tange os recursos da biodiversidade (GUINÉ-BISSAU, 2000, *apud* SEBASTIÃO VIEIRA, 2017, p.15-17). Houve tentativa para a implementação do programa de ajustamento estrutural, mas não conseguiram alcançar um ponto considerável como tanto almejava por causa da superfícies de concessão nos últimos tempos, a partir daí criaram a sistema lei da terra para resolver os conflitos que existiam entre os exploradores dos ponteiros.

Amílcar Lopes Cabral, fundador do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo verde-PAIGC e pai da nacionalidade guineense, chamava atenção no que diz respeito a governação e sobre o destino do Estado da Guiné-Bissau no período pós-independência. Cabral (1978) *apud* Santy (2016, p.95-104) sabia das lutas na formação e gestão da dominal do Estado, desse modo disse que havia dois vieses necessários para se analisar o futuro Estado guineense. O primeiro viés que envolvia, em grande media, a manutenção do modelo de Estado colonial em que estavam a lutar contra ele, da qual as circunstâncias materiais e intelectuais os tornavam com maior qualidade para administrar o poder institucional. Apesar de autor apontar pela maioria de risco deste grupo substituir a autoridade colonial, perpetuar “os privilégios” suportados pelo modelo económico e político excessivamente diferenciada. O segundo viés constava a chegada no poder de tal “pequena burguesia”, embora, em consequência da sua “consciência política”, abdicasse das suas regalias, governado em função e benéfico da população como um todo. Isso significava no entendimento de Cabral, em “suicídio de classe”. Por outro lado, este autor comenta ainda que os anos de 1988 constituem um sinal significativo na disseminação da inquietação com o meio ambiente e sua conservação no âmbito internacional.

Do mesmo modo, para RGB (1997, *apud* SANTY, 2016), no ano de 1988, a União Internacional para Conservação da Natureza-UICN se institui em Guiné-Bissau. O

documento ainda demonstra que esta organização atua no país como facilitador de diversas ações no domínio do ambiente, suportando na “assistência técnica”, na propagação de informação, busca de financiamento e na formação. Ainda a organização colabora com o Estado, ONGs, institutos de pesquisa, associações de base, também impulsionou a instituição de “redes sub-regionais” para uma melhor consideração de aptidões e criando assim um quadro e cooperação entre organizações equivalentes no âmbito nacional. Ainda no mesmo período de 1988, deu, também, incentivo e apoio para criação daquele que é considerado como o primeiro órgão do Estado direcionado precisamente ao planejamento de políticas socioambientais, o gabinete de Planificação Costeira. Tendo as seguintes finalidades, conforme a descrição do autor a que se segue:

- Otimizar as atividades económicas desenvolvidas pela população rural;
- Manter a renovabilidade dos recursos naturais exploráveis;
- Conservar as amostras representativas do património natural da zona Costeira do país através da criação de áreas protegidas específicas;
- Harmonizar no espaço e no tempo os diferentes sectores económicos;
- Propor mecanismos de resolução de conflitos entre os diferentes grupos de interesse.

Ainda para este autor, cumpre ressaltar que a presença da representação da UICN na Guiné-Bissau, não somente proporcionou a instituição das organizações estatais de planejamento socioambiental, mas também, ajudou, em maior parte, a fundação de múltiplas ONGs que tinham por finalidade a conservação do meio ambiente e atividades ligados a mesma, frisa Santy (2016).

Diante do exposto, é preciso destacar que esta abordagem referente a exploração florestal na Guiné-Bissau no período pós-independência, visa demonstrar que a exploração tornou-se um campo de interesse político assim como social, as disputas em torno do domínio sobre a riqueza e a exploração dos elementos naturais. Em seguida, vale ressaltar que o nosso foco da análise não quer tratar da ruptura do projeto da unidade nacional da Guiné-Bissau e Cabo Verde, mas, sim, destacar nesta ocasião alguns elementos que nortearam a conjuntura política na época que eventualmente poderá nos possibilitar também a entender a partir do real fenômeno informado para compreensão do nosso objeto de pesquisa como componente de um conjunto constituído de múltiplas relações e determinações desta temática.

Entre outros fatores causadores de revoltas políticas e sociais, várias questões foram levantadas e que sustentavam a origem dessas reivindicações, por exemplo, “por que existe

uma empresa de pesca NAGUICAP com o nome da Guiné-Bissau e Cabo Verde, porém o barco ficava em Cabo Verde? Todas as madeiras da Guiné-Bissau eram levadas para Cabo Verde” (CANDÉ MONTEIRO, 2013, p.227). Neste seguimento, percebe-se que a exploração dos recursos naturais na Guiné-Bissau não correspondia ao benefício do interesse nacional e do povo guineense, devido a falta da transparência política que vigorava no momento e ainda vigorando.

Em decorrência de conquista da independência, Guiné-Bissau mantém colaboração com as outras instituições internacionais no sentido de recuperar as infraestruturas básicas e promovendo criação de algumas fábricas importantes que foram devastadas no decorrer da guerra. Com relação a isso se começou também a exercer uma política interna e externa planejando ação da construção e recuperação do solo para produzir o arroz, implantação das plantas essenciais e apreciáveis. Também iniciaram a exploração madeira, usaram instrumentos da licença ambiental, quer dizer, a permissão para pesca no território nacional que no seu entender, essa atividade também suportava imensamente na economia de Guiné-Bissau (VIEIRA, 2017, p.12-20).

Guiné-Bissau depara-se constantemente com difíceis problemas naturais e de atitude humana, como, por exemplo, às alterações climáticas, as consequências da colonização e da guerra, as comunidades locais pressentiram o sinal que sobre elas sobrecarregam e com a falta de alguns destes recursos como solo, florestas, água, fauna etc. (VIEIRA, 2017, p.12-20). Segundo dados BioGuiné (2012), a principal ameaça ambiental em Guiné-Bissau baseia-se na “exploração dos recursos naturais inadequada, a pobreza, o crescimento demográfico, caças clandestinas, mudanças climáticas, alta poluição, explosão de bombas provocadas pela guerra civil e invasão dos países vizinhos” (VIEIRA, 2017, p.77). De modo semelhante, Nem Biai (2019, p. 22) observa também que os problemas ambientais na Guiné-Bissau se centralizam, principalmente, na “extração madeireira, monocultura de caju, queimadas, orizicultura/monocultura de arroz, urbanização, resíduos sólidos, falta de saneamento, pecuária intensiva, caça e pesca, carvoaria ou produção de carvão vegetal”.

Entretanto, podemos acreditar que as problemáticas ambientais destacadas não se restringem apenas nas atividades mencionadas, porém, se deve considerar ainda influência das instituições não-governamentais e políticas, internacionais e/ou nacionais sobre os interesses inconfessos porque se atentarmos para os dados observados adiante se percebe que os países industrializados não estão isentos da poluição ambiental planetário, conforme observação de Martinez Alier (2014, p.34) que argumenta que a importação do petróleo dos Estados Unidos corresponde a metade do “petróleo que consomem; a união Europeia

importa uma quantidade de materiais (inclusive energético) quase quatro vezes maior do que a que exporta”; simultaneamente, os países da América Latina exportam uma quantia “seis vezes maior de materiais (inclusive energética) ” em relação daquela que é importada. Também o caso da África é o continente que celebra importante “socio comercial da Espanha, não em dinheiro, mas em quantidade importada”. Ainda por outro lado este investigador observa ainda que há consequências a nível mundial, é que “a fronteira do petróleo e do gás, a fronteira do alumínio, a fronteira do cobre, as fronteiras do eucalipto e do óleo de palma, a fronteira do camarão, a fronteira do Ouro, a fronteira da soja transgénica” todas prosseguem no caminho de nova zona. Isso acaba gerando impactos que não são resolvidos pelas políticas económicas ou por inovações tecnológicas e, portanto, afetam desproporcionalmente certos grupos sociais que varias vezes reclamam e lutam (ainda que tais grupos denominados de ecologistas) (ALIER, 2014, p.34).

Apesar disso, há dados que ainda apelam para boa prática de qualidade para conservação ambiental em Guiné-Bissau. Segundo BioGuiné, (2012), a preservação do meio ambiente na Guiné-Bissau cumpre uma função muito interessante do ponto de vista nacional e/ou internacional porque assegura a sustentabilidade e a conservação da biodiversidade biológica no que tange aos assuntos ambientais tendo em vista a promoção de um desenvolvimento socioeconómico no território Guineense.

De acordo com Silva (2014) *apud* Sebastião Vieira (2017), o desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau é uma questão imperativa indispensável e extremamente importante, contanto que, nesse processo, as zonas da preservação e da proteção da biodiversidade cumprem um papel fundamental. Por outro lado, este investigador afirma também que é compreensível notar que na Guiné-Bissau a maior parte desta população é, ou seja, “90%” do povo guineense que vive neste território depende basicamente dos recursos naturais/elementos naturais para o seu mantimento, neste sentido é muito fundamental a salvaguarda da natureza e da diversidade que suporta e garante a reprodução da vida. A ideia da preservação de biodiversidade é um problema que preocupa as comunidades tradicionais guineenses ao longo dos anos, visto que a economia deste país pausa-se geralmente na exploração dos recursos naturais, sabendo que uma das melhores fontes de fortuna para um desenvolvimento sustentável na Guiné-Bissau se resulta da biodiversidade (GUINÉ-BISSAU, 2000 *apud* SEBASTIAO VIEIRA, 2017, p.12-20).

O país ainda se encontra numa situação de plena discussão para consolidação de uma política ambiental entre atores sociais envolvidos nesta problemática. Na década de 1980, o Estado da Guiné-Bissau criou organizações com propensão ambiental, por exemplo, o velho

Conselho Nacional de Ambiente (CNA) e do CEATA. Santy (2016) explica que a partir da participação da Guiné-Bissau na Conferência Rio/92 foi firmada a convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudanças do clima (CQNM), que culminaria com a criação dum conselho que trate das políticas sobre o ambiente, ou seja, o país adotou as medidas e políticas ambientais visando orientar e fiscalizar as práticas da mesma. No mesmo ano criou-se o Conselho Nacional do Ambiente-CNA, como se pode observar na colocação que se segue abaixo, conforme Santy (2016):

[...] no quadro de um processo de reflexão entre várias entidades estatais e da sociedade civil, cria-se o Conselho Nacional do Ambiente, o CNA com o mandato de formular, seguir e coordenar a política ambiental na Guiné-Bissau. Esta estrutura que para ter maior vigor e dinâmica na concertação intersectorial foi diretamente ligado a presidência da República, e para ter um suporte técnicos de todas as instituições do Estado e ONGs para assessorar o seu secretário Executivo [...]. Segundo os seus objetivos, deveria assegurar uma concertação horizontal, não só entre as estruturas governamentais, isto é mais concretamente entre os setores, como também entre a sociedade civil. (RGB, 1997 *apud* Santy, 2016).

No plano executivo do segundo governo entre 1997 a 1999, resultante das primeiras eleições realizadas em Guiné-Bissau, a importância do desenvolvimento rural e ambiental foi levada em considerações dentro do quadro de governação onde foi incluso nas páginas dessa agenda governativa (REGALLA, 2010 *apud* SANTIM CÓ, 2019). O programa do governo resultante das segundas eleições no mesmo ano, o setor do meio ambiente foi comentado de forma particular e as recomendações da Agenda 21 da Cimeira do Rio de Janeiro em 1992, foram aplicadas em prática, como também a promoção do desenvolvimento autossustentável e durável que comprometa a instituição de uma política ambiental coerente para assegurar a preservação e a simetria dos ecossistemas, passa a integrar a prioridade do Estado guineense.

Nesta senda, o Instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP), através do seu projeto “Áreas Protegidas e Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau” preocupa-se principalmente em diminuir a vulnerabilidade dos cidadãos e melhorar a sua resiliência às alterações climáticas, dar o apoio ao país nos atuais empenhos para um desenvolvimento sustentável com baixas emissões de carbono e das resistências as alterações climáticas. Perante esta situação o Instituto vem reforçando a parceria estratégica com os seus parceiros tradicionais na gestão e no processo de conservação, principalmente as comunidades, as organizações nacionais e internacionais, na busca pelo desenvolvimento sustentável e ação consciente sobre o meio ambiente. Nesta perspectiva que Instituto de Biodiversidade das

Áreas Protegidas-IBAP tem realizado nos últimos anos séries das atividades como visitas de organizações, personalidades e de estudantes de diferentes faixas etárias, incluindo as crianças de diferentes escolas para preservação da Biodiversidade e gestão sustentável dos recursos naturais saber e monitoramento da fauna selvagem. Também desencadeou formação de capacitação de técnicos, para o enfrentamento de novos desafios, nomeadamente nas áreas de educação ambiental, marinhagem, implantação de viveiros florestas e frutícolas e entre outros.

Conflitos sociambientais em Guiné-Bissau

Vale ressaltar que a origem dos conflitos socioambientais tem a ver com as lutas pela reivindicação de direitos contra injustiças sociais de grupo majoritariamente desfavorecido em intervenções que afetam sua relação com a natureza. Este debate se conecta também com um olhar sobre a educação ambiental. Como ressalta Suave (1995) sobre a importância da educação ambiental como política da sustentabilidade. Este fato para nós pode trazer algumas mediações derimindo os problemas e os conflitos socioambientais. Para Suave (1995) *apud* Silva (et al. 2010, p.26-27), classificam-se a questão da educação ambiental em diferentes concepções, políticas e filosóficas e entre essas noções diversas enumera-se os seguintes: Educação Ambiental Tecnicista, Educação Ambiental Comportamental, Educação Ambiental Ética e Educação Ambiental Éticosocial. Contudo essas quatro olhares têm abordagens distintas, consequência de procedimentos “históricos e políticos” conforme as diferentes ideias, elas buscam transmitir orientações e práticas para um progresso de atitudes imediatas e aplicadas. Ainda para esses autores, geralmente essas perspectivas ideológicas da educação ambiental buscam atingir todos “os setores sociais, diferentes faixas etárias e grupos étnicos”, sem exclusão. Deste modo, procuram a utilização de distintas “estratégias pedagógicas”, por meio da educação ambiental formal. Por exemplo: “escolas, universidades, parâmetros curriculares, práticas pedagógicas. A formal através de cursos, palestras e seminários e a informal, por meio do uso de meios de comunicação”. Por outro lado, Silva (2010) ressalta ainda que a “humildade científica e a sensibilidade perceptiva são essenciais” para total incorporação e mutualidade, necessária entre “os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais”. Portanto os problemas socioambientais podem se assim ser examinados e resolvidos sob diversas concepções da sociedade como um todo: “o

conhecimento científico não pode atuar isoladamente, ele comparte suas atribuições didáticas com os saberes tradicionais”, (SILVA et al. 2010, p.32). Rattner (2009) por sua vez observa que,

Desigualdades geram conflitos e violência-sintomas de sociedades insustentáveis para conquistas ou distribuir melhor o acesso às posições de mando, ou seja, instaurar um regime mais democrático e solidário. O modelo presente do mundo não é sustentável. Mudanças do clima, perda de diversidade ecológica e cultural, pobreza e desigualdade tendem a aumentar a vulnerabilidade da vida humana e dos ecossistemas planetários. Necessitamos de uma melhor compreensão das interações complexas e dinâmicas entre sociedade e natureza, à luz das relações não lineares, complexas e retroalimentadoras dos processos observáveis (RATTNER, 2009, p.1970).

Em Guiné-Bissau, devido a luta pelo controle dos elementos naturais (recursos naturais) existente entre atores sociais interessados, a má governação e as desigualdades sociais causam conflitos socioambientais. Como observa Nelson Dias, (2016), responsável da União Internacional para Conservação da Natureza (UICN), a má governação dos recursos continuam a originar insegurança e instabilidade:

[...] a exploração da madeira como foi feita é um pouco perigoso para Guiné-Bissau, porque a madeira é um recurso que demora muitos anos para crescer, destruindo o coberto vegetal estamos a ter consequências graves para o ambiente, para a sobrevivência, para economia de Guiné-Bissau. Porque isso poderá trazer a seca, a desertificação, diminuição da chuva, perda de fertilidade do solo, quer dizer as consequências são graves para Guiné-Bissau (O Papel das Autoridades na Gestão dos Recursos Ambientais. ONU. Guiné-Bissau. Loading, 2016).

Cassama (2016) caracteriza com muita insatisfação a derrubada incontrolada de árvores na Guiné-Bissau apoiada pelas empresas internacionais e por vezes sustentada pelas entidades nacionais. Nesta perspetiva, Dias (2016) entende que no corte de madeira as classes castrenses são usadas, porém quem sai a ganhar é meia dúzia de empresários e empresários dos países estrangeiros é que ganham com a prática ilícita de exportar madeira.

Frepo (2009) observa que os conflitos socioambientais podem acontecer na hora de exploração dos elementos naturais (extração dos recursos naturais), da produção de energia usada ou no fabrico/produção de mercadorias, estando presentes quase em todo o mundo, mas tendem a se aumentar nos países exportadores de *commodities*. Reconhece que os conflitos estão vinculados a múltiplas atividades e setores, como a apropriação de terras para o trabalho agrícola e animal, a produção provocada pelas fabricações transportes e

reservatórios de resíduos; as minas de ferro, bauxita e urânio; fundições; siderúrgicas e fábricas de alumínio; extração refino de petróleo ou de gás; ou ainda a exploração de material de construção. Além desse, conforme autor, há também outra fonte de conflitos, também notória como “biopirataria”, verifica-se na ocupação de recursos genéticos (“silvestres” ou agrícolas) sem a retribuição apropriado ou o reconhecimento da posse de camponeses ou comunidades indígenas sobre eles.

Geralmente, na Guiné-Bissau, os conflitos acontecem geralmente devido a ocupação territorial, principalmente quando os interesses particulares se contrapõem, entre os diversos grupos sociais se contrapõem, conforme explica Temudo (2009) *apud* Santim Có (2019):

Os conflitos ambientais podem ser definidos como aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando ao menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais de apropriação do meio que desenvolvem ameaçadas por impactos indesejáveis – transmitidos pelo solo, água, ar ou sistemas vivos decorrentes do exercício das práticas de outros grupos (ACSELLRAD, 2004 *apud* SANTIM CÓ, 2019, p.22). Os conflitos ambientais surgem das disputas práticas de apropriação técnica, social e cultural do mundo material. Nesse sentido, tais conflitos não se restringem apenas a situações em que determinadas práticas de apropriação material já estejam em curso, mas se iniciam mesmo desde a concepção e/ou planejamento de certa atividade espacial ou territorial (SANTOS, 2014 *apud* SANTIM CÓ, 2019, p.23).

Historicamente, os conflitos socioambientais surgem no quadro de um processo de relações sociais étnicas que constituem a população guineense. A origem desses conflitos se fundamenta pelo fato de existir uma luta sobre o domínio da terra para o cultivo, o caso do sul do país, nomeadamente, na região de Tombali (Cubucaré) (Santim Có2019). De modo simultâneo, os nalus (um dos grupos étnicos da Guiné-Bissau) são eleitos como os primeiros moradores dessa zona do território guineense que constitui hoje como região de Tombali que engloba a área de Cubucaré. Ainda este autor também explica que mais ou menos nos anos de 1889 essa região sofreu a invasão da etnia fula o que originou os nalus a se deslocarem para outras ilhas, nomeadamente as ilhas de Como e Melo, evitando de se tornarem os cativos da comunidade fula, explica Temudo (2009) *apud* Santim Có (2019). Mas com o passar do tempo, principalmente quando se trata do período de 1900, também aconteceram sucessivas migrações das outras comunidades étnicas, como, por exemplo, o sosso, originários do território da ex-colônia Francesa atual República da Guiné-Conakry que tinha como objetivo desenvolver comércio, depois disso segue-se pela etnia balanta, oriundo do norte do país seguindo em direção pela busca de melhores lugares para agricultura de arroz;

os manjacos, os pepeis e os bijagós, também esses são atraídos pelos grandes palmares. Segundo Temudo (2009) *apud* Santim Có (2019), relativamente a povoação do espaço, as populações nalus foram os primeiros que povoaram naquela zona de Cubucaré, foi nesta ocasião que este território foi denominado chão de nalus. Perante esta relação étnica, isto significa que cada grupo étnico no território guineense tem a sua forma de atribuição do sentido ao meio ambiente, lembrando que cada povo goza do seu mundo e das suas práticas culturais e religiosas que lhes matém uma forte afinidade com a natureza, portanto esse modo diferenciado de entendimento sobre a terra, certamente pode provocar graves problemáticas quando um certo grupo está a desrespeitar o modo da atividade cultural, económico e social do outro grupo no seu território gera tensões entre ambas partes.

Desta feita, cabe ressaltar que a cosmologia da população nalus estabelece múltiplas normas, a volta de uma interação com a natureza que conserva a permanência do equilíbrio ecológico, essas normas gerais criadas por grupo étnico nalus em toda zona de Cubucaré provocou um enorme contradições e conflitos entre diferentes povos que habitam naquela zona na disputa pelo domínio da terra para povoação e para edificarem palmares (hortas) para fins agrícolas, Santos (2014) *apud* Santim (2019).

Alguns autores apontam ainda para uma análise realista no que concerne as questões ambientais. A exploração de certos recursos naturais, por exemplo, peixes e florestas estão acima do nível em que se regeneraram (GAUSSET et al., 2005 *apud* KAH HENRY, 2014) Este tipo de exploração comprometerá em diante a disponibilidade desses recursos para as futuras gerações. Do mesmo modo, em termos da interferência externa, classifica-se também a presença de algumas empresas estrangeiras que envolvem no setor florestal no Golfo da Guiné, entre os quais destacam-se Thanry e Rougier- (França), Rubinau Hijau- (Malásia) e Gleniz- (Alemanha). Segundo ele, a exploração florestal causa os conflitos entre as companhias madeireiras e os governos, de um lado, e a comunidade local, de um outro lado.

Do mesmo modo, verifica Oyerann (2011 *apud* KAH HENRY, 2014,p.182) que os conflitos em algumas localidades do continente africano, a disputa pelos escassos recursos florestais do mangue têm causado conflitos entre comunidades. Por outro lado, este autor valia este fato como uma verdade impressionante agravada pela indiferença e pelas ações governativas corruptas, pois várias vezes acontecem conflitos entre Estados e comunidades empenhadas na busca por legalidade sobre terra e os recursos naturais que ela abriga. Na medida em que os Estados reivindicam a apropriação dos recursos naturais e o controle da sua exploração para o desenvolvimento económico nacional, por sua vez as comunidades

indígenas conferem mais do que mera definição e/ou sentido económico para a terra. Quando a autoridade não assuma com suas obrigações usurpando e desrespeitando o direito dos costumes tradicionais da comunidade na sua atividade cultural e religiosa sobre a terra. Como afirma Akpan (2005 *apud* KAH HENRY, 2014), as comunidades observam as florestas não somente como um conjunto de árvores, uma residência de animais ou um lugar para agrupar madeira ou plantação, mas também a floresta para eles é intimamente uma posse sagrada que não precisa de ser tomada por nenhuma força externa. Isto é para os povos africanos, o *mato* é um espaço de concertação, onde os valores tradicionais são produzidos e discutidos e que vão de geração a geração, por isso tem que ser respeitado.

Apesar de ser uma problemática que se verifica desde a presença colonial, a questão sobre os conflitos e a exploração das florestas na Guiné-Bissau começou-se a vir à tona a partir das décadas de 2010, marcada pelo evento realizado pela ONG Tiniguena com o lema “Esta Terra é Nossa”, com o propósito de discutir sobre o desmatamento florestal no país. Este assunto teve mais repercussão após golpe militar de 2012, onde o fenómeno do desmatamento cresceu mais em decorrência do reflexo e da continuidade da crise de 1998, com o governo de transição apresentando incapacidade de controlar a drástica disparidade de cortes ilegal de madeira no país. Nota-se que a multiplicidade do interesse político e social moderno altera drasticamente a lógica de exploração ambiental de maneira agressiva, contudo não coloca somente em causa a sustentabilidade ambiental, como também abriu as portas para os novos conflitos entre atores sociais. Entre diversos trabalhos realizados sobre esta mesma temática em Guiné-Bissau, atenta-se para observação de Temudo (1999, 2009, 2012 *apud* SANTY, 2016). Para além de uma relação excludente, o Estado e os novos atores, como as ONGs se utilizam a autorização concedido pelo Estado para fazerem uteis no alcance das políticas. É nesta complexidade de rede de relações sociopolíticas, económicas e ambientais que qualifica a conjuntura guineense que na maioria das vezes as políticas assumidas procuram dar privilegio a manutenção e a proteção institucional dos atores em orientação hegemónica, trabalhadores de Estado, das ONGs, etc.

Por outro lado, Temudo (2009, *apud* SANTY, 2016) afirma também a difícil relação de disputas e conflitos envolvem os diversos atores sociais, por exemplo: o Estado, as ONGs nacionais e internacionais, as populações locais cuja luta interna incluiu as diversas faixas etárias, étnicas, religiosas, além das vantagens económicas em diversas. Desta feita, no seu pensamento afirma que a despeito da homogeneidade identitárias verificadas no local, as disputas não se justificavam através destas multiplicidades, mas sim tinham a ver mais com

interesses dos países centrais competidores concernentes ao domínio do território e controle dos recursos. Lembrando que cada um quer ser dono da verdade, para que tudo possa ser controlado ao seu próprio desejo, com uma orientação tendenciosa e por vezes suportado através dos seus intermediários locais.

Como ressalta Temudo (2009 *apud* SANTY, 2016), que a interferência externa por meio de três ONGs, que se demonstravam do ponto de vista social como portadora de salvaguardar os recursos naturais com a participação dos locais, inseriram novas dinâmicas vinculadas, as quais não somente alteraram as normas de acesso e uso dos recursos, mas também discriminaram os “donos do chão” do sistema sobre as decisões das mesmas, pelo fato de ter nomeado e legitimado novos atores. Ainda na sua opinião, também observa que estes atores, com pouca legitimidade no âmbito local, constituem uma nova estrutura de poder, a realidade que tende a desencadear tensões e conflitos locais, em vários casos não reversível. Do mesmo modo, revela-se também que as novas configurações da posse da terra adotada pela população local em resposta as contrariedades socioambientais e os novos desafios políticos e económicos passaram a se estabelecer, conforme as ONGs e as estruturas de poder que tinham sido concebidos pelas mesmas. Ainda carecendo das soluções, a ONGs buscaram impedir a construção de novos assentamentos às comunidades, desterritorializadas, monitorar e fiscalizar a exploração de recursos naturais. Sendo que a aplicações das comunidades locais vistas como desfavoráveis ao meio ambiente são criminalizadas, posto que os canais de diálogo entre os atores em conflitos foram expressivamente reduzidos (TEMUDO, 2009, *apud* SANTY 2016).

De modo que a argumentação das ações das ONGs, cobertas por um discurso elevadamente técnico e fundamentada em certas clarezas científicas, impossibilitou a réplica da comunidade local. Também excluiu, principalmente a relatividade de uma relação simétrica, segundo Valencio (2012) e Temudo (2009) *apud* Santy (2016). De outra forma, conforme o pesquisador, percebe-se que a elaboração dedutiva “estigmatizante da salvação dos africanos de si mesmos, da sua incapacidade de autogoverno e da inadequação de suas soluções paliativas a problemas, tem tido um efeito perverso de natureza política e económica” (VALENCIO, 2012 *apud* TEMUDO, 2009 *apud* SANTY, 2016, p.110). Neste sentido, verifica-se que os conflitos ambientais se pode aparecer na medida em que tentam impor os novos procedimentos sobre os saberes locais quanto a forma de conservação dos recursos naturais.

Os conflitos entre diferentes atores locais e entre estes e atores externos que tentam introduzir novas práticas de conservação dos recursos naturais emergem, na maioria dos casos, de diferenças em termos de conhecimentos, práticas, percepções e representações sobre a natureza (e.g. Temudo 2005). Frequentemente, as populações locais têm sido consideradas responsáveis pela degradação ambiental, do que resulta de adoção de abordagens conservacionistas biocêntricas. [...] Ao deslocar o centro do poder da instituição tradicional gerontocrática e monoética dos “donos do chão” para as organizações criadas exogenamente “de cima para baixo”, das “guardas de matos” e comités de gestão” interétnicos e constituídos majoritariamente por jovens, a intervenção externa não conduz a uma melhor e mais democrática gestão dos recursos naturais, mas à transformação de um sistema equitativo de acesso aos recursos e de gestão sustentável num sistema que vai abrir as portas à “pilhagem” dos recursos (...) (TEMUDO, 2009 *apud* SANTY, p.110).

Desta feita, se verifica que nesta política ambiental nota-se uma certa presença de “estratégias discursivas”, cuja finalidade é obter os “fundos ambientais” com objetivo de enfrentar os possíveis desafios de acordo com os diagnósticos feitos e expostos no planeamento de ação nacional, conforme Temudo (2009) *apud* Santy (2016, p.111). Desse modo, o autor se aborda nesta perspectiva uma dupla retórica coexistente:

Em nível internacional usa-se o discurso da susceptibilidade territorial e da vulnerabilidade social das comunidades rurais guineenses para acessar aos fundos internacionais disponíveis para justificar a necessidade intervir a nível nacional e local; e a nível nacional, usa-se a retórica da culpabilidade e criminalização de práticas humanas locais consideradas nocivas ao meio ambiente para manter a submissão política. Logo, essas retóricas passam a ser desveladas pelas comunidades, que entendem a estabelecer, em contrapartida, uma relação de desconfiança com o Estado e seus parceiros, (TEMUDO (2009) *apud* SANTY (2016, p.111).

Sobre os conflitos ambientais na Guiné-Bissau, Carlos Lopes (1988, p.35), no seu artigo “Crise Ecológica e Conflitos Sociais na Guiné-Bissau”, aponta que a falta de regulação económica do Estado incita uma “subalternização de criatividade e potencialidades nomeadamente agrícolas, que podem estar na origem de crises sociais de conflitos entre grupos sociais”. Ao nosso ver quando um Estado como a de Guiné-Bissau, não está assumindo com as suas responsabilidades de orientar e organizar a economia nacional, isso acaba dificultando bastante a harmonia económica e social do seu território, neste sentido é da responsabilidade dos políticos, principalmente os que ocupam o Estado preocupar-se com a organização das atividades económicas para facilitar um bom funcionamento do encaixe económico o que contribua para o afastamento dos possíveis conflitos. Em concordância com Lopes (1988), é relevante reconhecer que os conflitos ambientais podem ocorrer-se no decurso subjacente dos protestos contra as desigualdades

sociais que as vezes conduzidas pelos movimentos sociais alinhados, em oposição da injustiça ambiental. Do nosso ponto de vista, também é lícito supor que as problemáticas ambientais também podem aparecer basicamente através do ensejo de controlo isolado de recursos naturais e da exploração da mesma. Uma questão concernente ao discurso político ao fato de fomentar a exploração mascarada em nome do desenvolvimento coletivo que posteriormente pode gerar as contendas sociais. Nisso pode-se deduzir que essa complexidade do desenvolvimento exploratório que as vezes mascarada gera contradições sociais Lopes (1988). Neste sentido, afirma que,

Os detentores do poder muito facilmente transformam a preocupação em instrumento de análise nas perspectivas de se atingir o “desenvolvimento”, a “modernização”, o “progresso”, para a esmagadora maioria dos camponeses este é um problema simples e sem resolução aparente. O “gap” entre estas duas visões é correspondente à amplitude dos problemas”. (LOPES, 1988, p. 22).

Desse modo, percebe-se que as problemáticas ambientais na sociedade guineense venham a se tornar uma preocupação nacional verificada nas críticas levantadas pela sociedade civil, isto é, ONGs, músicos e entre outras entidades nacionais e internacionais. Na Guiné-Bissau, os músicos, quer da nova geração quer da velha geração, levantaram várias críticas e apelos sobre o perigo na exploração florestal assim como a má prática de corte de madeira verificada nos últimos anos neste país. É o caso do grupo musical *Real Power* com a sua música intitulada “Esta Terra é Nossa”. Também se discute o grupo musical *Super Mama Djombo* sobre essa mesma atitude de desflorestação. No seu trabalho denominado “Corta Matu: Um Crime Contra Geração Futura Guineense”, ambos os grupos musicais apresentaram críticas e gritos de socorros para sociedade guineense, assim como estrangeira, no sentido dessas pautarem na exploração florestal e a corte de madeira de forma consciente e sustentável para futura geração, evitando assim os perigos de desertificação no país. Quando o Estado não pauta pela medida a situação pode gerar conflitos da mesma.

Uma dessas lutas é o inconformismo, o não cumprimento e a escassez de recursos próprios para gestão do meio ambiente. Portanto Tamakloe (2013) *apud* Kah Henry (2014,p.183) demonstra que é necessário que haja revisão da legislação que possa refletir a tendência contemporânea. Como também observa de modo perceptível que as instituições nacionais responsáveis por monitorar tendências ambientais erraram em compartilhar informações (*Limited Nations Development Programme, (1998) apud* (KAH HENRY, 2014,p.184). Apesar da contribuição da comunidade responsável local no domínio da gestão florestal, contudo carece de uma ajuda por parte de várias agências governamentais no

continente para preservação florestal da mesma, sobretudo na África central, conforme aborda o pesquisador Roe (2009) *apud* Kah Henry (2014). Embora tenha se formado uma Comissão do Golfo da Guiné, em 2001, para ocupar-se dos assuntos econômicos, sociais e ambientais dos países membros, a população desses Estados desconhecem praticamente a sua existência, suas finalidades ou sua missão (*THE OF GUINEA...*, 2013 *apud* KAH HENRY, 2014, p.184). Isso pode ser entendido também na medida em que,

[...] a dominação desses grupos pode ser colocada em xeque quando as representações hegemônicas entram em um campo de forças, tendo sua legitimidade questionada, colocando as sensibilidades ambientais e a construção da realidade em um momento tensionado entre reprodução e transformação [...] o campo ambiental, assim, conforma um espaço de relações entre agentes com distintas racionalidades que tentam explicar a problemática ambiental a partir de suas valorações, ideias, significados e representações sociais de ambiente, em uma luta tensionada pela hegemonia, com o objetivo de legitimar ações e práticas de acordo com seus interesses e ideologias, (LOUREIRO, 2008, *apud* Matos, 2010, p. 105).

Nos meados de 1992, foi instituído o antigo Conselho Nacional do Ambiente que estava na dependência imediata do Presidente da República (“um comitê Coordenador formado por Ministros das áreas afins, um Secretário Executivo e um comitê Técnico”), órgão instituído através do Decreto nº24/92 divulgado no Boletim Oficial nº12 de 23 de Março e que durou até 1996 (BIAI, 2009 *apud* SANTY 2016). Também em 1994, o Executivo adota, pela primeira vez, a institucionalização de um serviço do governo responsável para o seguimento da política sobre meio ambiente na Guiné-Bissau. Dá-se, assim, a origem da antiga Secretária do Turismo, Ambiente e Artesanato que inclui uma Direção Geral do Turismo e ambiente por meio de um Decreto Presidencial nº2/94, também divulgado no Boletim Oficial nº47 de 24 de Novembro, que futuramente viria a ser o Ministério com a mesma denominação. (BIAI, 2009, *apud* SANTY, 2016). Na época de 1996, cujo objetivo era livrar-se de um acrescentamento ou de duplicar atuação, o governo preferiu pela dissolução do CNA decretado sob nº11/96, no Boletim Oficial nº41/96 de 7 de Outubro, da qual foi criada uma Direção Geral do Ambiente, (BIAI, 2009, *apud* SANTY, 2016). O mesmo Decreto organizava a Conferência Nacional do Ambiente, perspectivando-se uma larga participação da sociedade civil. No período de 1997, criou-se o Ministério do desenvolvimento rural, dos recursos Naturais e do Ambiente (“por sua constava como uma Direção Geral do Ambiente na sua orgânica”). No ano de 1999 – Na construção do Governo de Unidade Nacional, o departamento do ambiente vinculava diretamente à Secretária de

Estado da Energia, dos recursos Naturais e do Ambiente, e em decorrência de medidas de conflitos financeiros aparece uma Direção de Serviços do Ambiente (BIAI, 2009 *apud* SANTY, 2016). Essa mudança institucional constante é o resultado proveniente da falta de uma visão política sólida e consistente, ainda vinculado aos interesses do domínio das políticas do meio ambiente e dos recursos naturais para fins próprios, dos políticos desonestos que ocupam o Estado da Guiné-Bissau, lembrando que os políticos guineenses se afirmam que *ningin i ka ningin, pabia anós tudu i matchus* (ninguém é ninguém porque todos nós somos machos/homens).

No decorrer destas mudanças, em 1999, com a constituição do novo Governo resultante das eleições de 1999, é formado o Ministério dos recursos Naturais e do Ambiente, um setor do governo que representou até março de 2001 e conseqüentemente uma Direção Geral do Ambiente, contudo se perspective a sua alteração num Instituto do Ambiente. Biai (2009) *apud* Santy (2016) demonstra que em 2009, na atualidade existe uma Secretaria de Estado do Ambiente e do Desenvolvimento Durável-SEADD, instalada no 4º Governo Constitucional da Republica da Guiné-Bissau através do Decreto presidencial nº2/2009, de 07 de janeiro de 2009, refere-se a um setor governamental que tem por missão geral a definição, realização e coordenação da política e ações ambientais e do desenvolvimento durável a nível nacional. Segundo Biai (2009) *apud* Santy (2016), as referidas alterações institucionais que têm surgido no setor do ambiente, não compõem uma singularidade, mas sim a característica que orientam as instituições públicas do país. Depois do multipartidarismo no período de 1994, o qual proporcionou a democratização do Estado guineense, nenhum governo eleito democraticamente conseguiu cumprir os quatro anos de governação até atualidade. Biai (2009) *apud* Santy (2016) comenta ainda que as personalidades e os grupos afetados as organizações estatais se veem constantemente em meio a disputa pela continuidade e manutenção. Esta disputa demonstra que a cada mudança na instituição estatal, um número considerável de pessoas são eliminadas e outras tantas são contidas nas estruturas estatais, conforme demonstra Biai (2009) *apud* Santy (2016) que nenhuma personalidade, efetivamente, tem sua continuidade no Estado garantida. Pois, políticas e planejamentos em longos prazos são alvos constantes de descontinuidades, aponta Biai (2009) *apud* Santy (2016, p.106-107) que este fato contribui de tal maneira para complicar a execução dos projetos e das políticas da mesma. Com isso podemos afirmar que a Guiné-Bissau vive numa situação de intransigência política que muitas das vezes conduz as instituições de Estado num caos permanente, onde os autores políticos são responsáveis

pelas tensões que se verificam no aparelho do Estado a favor dos seus interesses ocultos, mas que afetam a boa gestão das florestas e a sociedade em geral.

Para o jurista e ativista guineense Lesmes Mutna Freire Monteiro (2015), na sua obra “As armas de cacheu-Cosnpiração Política” apresenta que alguns indivíduos testemunharam que a origem direta que forçou a caída do governo de Domingos Simões Pereira configura a decisão do impedimento de abate indiscriminado da madeira. Tudo se iniciou com o afastamento no cargo do Diretor Geral das florestas, Sr. Malam Cassama (irmão do Cipriano Cassama, Presidente da ANP), um aliado potente do Presidente da República, observado por vários como um dos “filhos” do Presidente José Mário Vaz (vulgo Jomav), também como um dos elementos que investiram grande parte do financiamento (dinheiro) para fazer operar “a máquina eleitoral” ligado a Jomav nas disputas eleitorais de 2014. Entretanto, o Presidente da república não teria adorado da sua demissão e por conta de grande parte de dinheiro gerido pela exportação da madeira, esta situação vem provocando e agravando ainda mais a correspondência da presidência com a prematura.

Para além desse, havia também outro aspecto predominante nesta contenda da madeira. Trata-se do Ministro da Presidência, Baciro Djá, que tem ligação forte no ramo de madeira e por isso possibilitou vários empresários desta área. Mas também não descartou a suposta implicação do filho do Presidente da República nesta prática de comercialização e a confiscação ou impedimento de saída oculta de um navio carregado de contentores de madeira no porto de Bissau por parte do Domingos Simões Pereira (o antigo Primeiro ministro da Guiné-Bissau deposto em 2016 pelo então Presidente da república), o referido navio esse supostamente do individuo próximo do Presidente. “Isto depois do decreto da moratória obrigatória por parte do Governo”.

Na Guiné-Bissau, portanto, além dos conflitos ambientais resultantes da exploração florestal de madeira de forma direta, ainda pode notar para alguns dados que apontam para os conflitos ambientais provenientes da mudança institucional no aparelho de Estado, entre atores políticos que lutam pelo controle da institucionalização da estrutura e da política ambiental. Como a outras estruturas do Estado guineense, o setor de ambiente também vive a instabilidade e a constante alterações institucionais ao longo dos anos (Santy, 2016).

CAPÍTULO II

AS POLÍTICAS E A LEGISLAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE FLORESTAS EM GUINÉ-BISSAU

Este capítulo analisa políticas e a legislação sobre a exploração florestal na Guiné-Bissau, não só, mas também sobre as práticas do desmatamento que acontece no território guineense, que envolve as diferentes entidades do Estado, comunidade e as Organizações não-governamentais. Além desse, também atentará para uma análise ainda de forma mais profunda sobre a implicação das empresas privadas numa prática criminosa do desmatamento, como umas das possíveis problemas que assolam as florestas da Guiné-Bissau nos últimos anos, condicionada pela instabilidade política e governativa do país. Um fenómeno que põe em causa uma boa qualidade na utilização dos elementos naturais, sobretudo no que tange a boa prática de exploração florestal na Guiné-Bissau.

Em suma, analisando os prejuízos causados pela prática criminosa sobre as florestas no caso particular do Brasil sobre o desmatamento, os relatórios de Pnuma (RATTNER, 2009, p.1970), calculam uma escassez de florestas que somente nos anos de noventa cerca de 94.000 quilómetros quadrados por ano só no Brasil, descontando as zonas reflorestada. Ao analisar estes relatórios observa que um dos resultados do desmatamento é a carência da Biodiversidade, sobretudo nas zonas tropicais. A oscilação climática, extração predatória dos elementos naturais (recursos naturais) e minerais e modificações no uso de solo estão destruindo a flora e a fauna em varias regiões do planeta, igualmente a agricultura moderna uso pesticidas, hormônios e fertilizantes químicos que causam a destruição do meio ambiente. Logo, a sua introdução nas zonas de cultivo tem acuado ou aniquilando “as culturas tradicionais e as variedades genéticas”, do mesmo modo gera uma dependência dos lavradores dessa tecnologia cuja propriedade é centralizada nas mãos das empresas dominantes e oligopólios. Nesta situação se percebe que os interesses económicos vinculado as atividades ambientais de pessoas que detém mais condições em termos de meios ameaçam a segurança do meio ambiente e das florestas.

Gallo (2012, p. 1459) afirma que a pegada ecológica da humanidade multiplicou desde 1966 e, em 2007, sendo que a biocapacidade usada do planeta foi 50% superior que sua atualização. Para esse autor a forma hegemónica de produção e consumo, desde a época

de 1980, tem produzido um dívida ecológica marcante, alertando que se continuarmos com esse modelo económico, até 2030, a humanidade necessitará da biocapacidade de dois planetas Terra para absorver os resíduos de CO₂ e preservar o consumo de elementos naturais.

O relatório do PNUMA sugere que o desenvolvimento económico deve ser vinculado ao melhoramento do índice de desenvolvimento humano (IDH), diminuindo ou preservando suas pegadas ecológica baixa, à medida que a “economia verde precariza” pelo aumento e estímulo da atividades com baixo teor de emissão de carbono, racionalização dos elementos naturais, inclusão social, preservando e reforçando a biodiversidade e dos serviços abastecidos pelos ecossistemas (GALLO, 2012, p. 1459).

Na Guiné-Bissau, o Governo do país através de suas diligências previne algumas leis que apontam para a regulamentação da prática humana sobre a exploração florestal no território guineense promovendo assim uma política ambiental propícia tendo em vista a necessidade da preservação florestal. Ibp (2007) *apud* Santim Có (2019) explica que a busca de sobrevivência da grande parte da comunidade local e a imigração para áreas conservadas com densas florestas levou com que o setor florestal venha sofrendo mais, dado o seu desmatamento, por exemplo:

cortes de madeiras, lenhosas para combustíveis e carvões e madeiras para fins comerciais de pequenos parcelas de pessoas; as cortes descontrolados das florestas, queimações para práticas das atividades de agriculturas itinerantes e entre outras atividades, provocando, desse modo, a fuga de várias espécies de animais para países vizinhos (IBAP, 2007 *apud* SANTIM CÓ, 2019, p.).

Regalla (2010) *apud* Santim Có (2019, p. 19) observa que a época de 1990 é considerada como um momento da diligência ativa no setor do meio ambiente no território guineense, visto que, nessa altura, foram confeccionadas numerosas de regulamentações, decretos e leis referentes ao meio ambiente, entre os quais destacam-se as seguintes:

- Lei Florestal, o seu regulamento e taxação florestal, em 1991;
- Código das águas, de 1992;
- Regime do Turismo, Gestão Hoteleira e Atividades Similares, em 1992;
- Código das Minas, em 1994.

Seguindo ainda nesta mesma linha do pensamento, além dessas leis, destacam-se que o país dispõe de algumas leis básicas que visam conservar as florestas da Guiné-Bissau. O Estado guineense anuncia a sua autonomia sobre todos os recursos naturais que se verificam no seu espaço (terrestre, marinho e aéreo) e certos recursos naturais como “solo, o subsolo,

as águas, as riquezas minerais, as principais fontes de energia e a riqueza florestal” foram apreciados pela CRGB – art.º 12º n.º 2 - como propriedade de Estado. Sendo propriedade de Estado, deve-se compreender todos os bens e coisas insusceptíveis de adequação privada para utilidade ou benefício particular (Guiné-Bissau, 2011 *apud* Tiniguena, 2016, p. 07). Esses bens e coisas que estão contemplados na propriedade do Estado se referem, de acordo com a Constituição, “património comum de todo o povo” - art.º 12º n. 1 al. a) da CRGB.

Por outro lado, criou-se também a **LEI-QUADRO DAS ÁREAS PROTEGIDAS**. Por meio do Decreto-lei nº 5–A/2011, a Lei Quadro das Áreas Protegidas-LQAP aplica-se a total e qualquer pedaço do território guineense identificada como uma zona conservada e visa, nomeadamente, “salvaguardar os ecossistemas, as comunidades, animais e vegetais que nela se albergam, a sua diversidade biológica”, e como também a promoção do seu desenvolvimento durável – art.º 1º. Ainda este documento explica que o país adotou também o plano de “gestão participativa” conforme o princípio *park for people and wiht people*, o referido princípio que se encontra a expressão da maneira como as populações participam no processo nas circunstâncias da criação, funcionamento e repartição de benefícios decorrentes das ações desenvolvidas numa zona conservada (GUINÉ-BISSAU, 2011) *apud* TINIGUENA, 2016, p. 15-16). Também se cria a **LEI FLORESTAL** (GUINÉ-BISSAU, 2011) *apud* TINIGUENA, 2016, p.17); conforme a lei florestal foi sancionada pelo Decreto-lei nº 5/2011 aponta, segundo os objectivos da política florestal da Guiné-Bissau:

- a) Promover a gestão durável dos recursos que integram o domínio florestal;
- b) Optimizar a sua contribuição para o desenvolvimento socioeconómico, cultural e protecção do ambiente;
- c) Melhorar a qualidade de vida do povo.

Do modo simultâneo, também no artigo 2º para os cumprimentos ordenado no artigo anterior, estende-se por:

- a) Gestão durável dos recursos que integram o domínio florestal, as unidades e as ações que permitem a aquisição de bens e serviços, salvaguardando, simultaneamente, a estabilidade dos respectivos ecossistemas e assegurando a sua reconstituição e perpetuidade;
- b) Recursos que integram o domínio florestal ou simplesmente recursos florestais, a matéria-prima lenhosa ou não lenhosa tais como os combustíveis vegetais, raízes fibras, cascas, folhas resinas, gomas, tanantes, flores, frutos, sementes de natureza silvestre, fauna, vifauna, apícolas e do meio aquático.

- c) Domínio florestal, os espaços a que se referem:
- I. Todas as florestas, quer a sua função predominante seja a produção quer seja a conservação;
 - II. Todos os terrenos de aptidão florestal e os que tenham sido especialmente classificados sob a área protegido;
 - III. Todas as áreas protegidas;
 - IV. Todas as zonas que visem a exploração ordenada dos recursos incluídos na alínea anterior.

Também na resolução nº22/2010 foi criada a Lei de Base do Ambiente. Segundo Guiné-Bissau (2011) *apud* Tiniguena (2016), a lei de Base do Ambiente é uma ferramenta jurídica, que contém disposição de proteção dos recursos naturais e oferece garantia no seu uso e gerência racional pelo homem, decorrendo assim na correta interferência da administração pública nas questões ambientais. Não só, mas também pode observar no artigo 01, do presente diploma determina as bases da política e ações sobre o ambiente no território guineense. No artigo 02, a mesma lei tem como objeto a definição das bases legítimas para uma utilização e gestão eficaz do ambiente e seus constituintes, visando materializar uma política para o desenvolvimento duradouro da Guiné-Bissau. Por outro lado, o Estado da Guiné-Bissau criou ao longo dos anos a **LEI DA TERRA**, a lei 4/75 de 5 de Maio de 1975 (lei da nacionalização do solo) anexou o solo na propriedade público do Estado. Porém, a CRGB admite que o Estado outorgue aos particulares a exploração do solo a partir de momento em que beneficie o interesse coletivo e amplifique as riquezas sociais – art.º 13º.

Portanto, a lei 5/98, de 28 de Abril (lei da terra) regulamenta o regime jurídico do uso do solo pelos particulares através do direito do uso singular, que pode ser alcançado por acordo administrativo de cedência ou por uso consuetudinário. A sua utilização continua sendo realizada de maneira parcial devido a falta da informação por parte das populações do modo geral e das comunidades de forma específica e pelo facto de ainda não ter sido oficializado a regulamentação das administrações da terra Guiné-Bissau (2011) *apud* Tiniguena (2016). Em correspondência com as leis decretadas as áreas protegidas, podem ser qualificadas e explicadas das seguintes maneira, conforme (art. 3º):

- a) Parques nacionais são considerados áreas destinadas à proteção da integridade ecológica dos seus ecossistemas para as gerações presentes e futuras, incluindo a exploração ou ocupação inadequada aos objetivos da área, e oferecendo a pôr oportunidade de visitas científicas, educacionais e recreativas, sendo as mesmas

compatíveis com uso e costumes das populações residentes (BIORGB, 1997 *apud* SEBASTIÃO VIEIRA, 2017, p. 28).

Do mesmo modo, também foi criado **Regulamento de caça sobre Decreto nº21/80**, este regulamento foi aprovado desde anos de 1980, mas ainda se prevalece em vigor, visando presumir alguns princípios padrões sobre a proteção ambiental, por exemplo, no que concerne o seu art. 5º, demonstra que não é aceitável autorizar-se como objeto de caça às espécies como: Flamengos, por serem consideradas animais úteis, Pelicanos, por serem animais raros. Além disso, também não é permitido declarar objeto de caça: os animais não adultos de qualquer espécie; as fêmeas dos animais uteis quando acompanhados pelas crias (GUINÉ-BISSAU, 2000).

Quanto a política ambiental na Guiné-Bissau, conforme vários autores, podemos reconhecer que o desempenho das Organizações das sociedades civis nacionais assim como internacionais que operam no território guineense, também é notório. Santim Có (2019) aponta que o ano noventa foi caracterizado como um período do despertar da “consciência da sociedade civil” no que diz respeito as questões ambientais, resultante do aparecimento das várias ONGs nacionais, nomeadamente a Tiniguena, Ação para o Desenvolvimento (AD), Parmerinha, Nantynian, Alternag, Kafo, Aprodél, entre outras, não só, como também das associações juvenis que alegaram a problemática ambiental como uma prioridade. No entanto, as referidas organizações atuam em parceria com o Instituto de Biodiversidade das Áreas Protegidas-IBAP nas resoluções dos problemas ambientais que ocorrem na Guiné-Bissau, apesar de enormes complexidades observadas, segundo aponta Regalla (2010) *apud* Santim Có (2019, p.17-18), entre os quais destacam-se os seguintes problemas:

- Insuficiência de expertise;
- Falta de enquadramento da população e dos produtores agrícolas;
- Fraca e/ou falta de vulgarização;
- Insuficiência de pessoal;
- Insuficiência dos meios financeiros, logísticos e materiais;
- Má gestão

Como se pode notar que a Guiné-Bissau tem sido grandes esforços de acordo com análise dos documentos apresentados no que se refere a criação de leis no âmbito da proteção das florestas no território guineense, que visa impulsionar a execução de boas práticas sobre a utilização dos recursos florestais do país, mesmo assim, é perceptível compreender que o

Estado da Guiné-Bissau, devido a falta da responsabilidade dos seus governantes descomprometidos em assumir com total engajamento no que diz respeito a aplicação destas leis, põe em causa a possibilidade do cumprimento pelas leis florestais e assim como o seu funcionamento cabal. Observando que os titulares deste setor não levam a sério as suas funções em prol do meio ambiente e consequentemente dos recursos florestais da mesma, isso também pode impulsionar o descontentamento e a disputa sobre o domínio do espaço.

Ainda para Santim C6 (2019), os conflitos ambientais subsequentes de diversos atores internos no campo onde atuam as Organizações Não-Governamentais (ONGs) têm mais a ver com o interesse da apropriação da terra para acomodação para finalidades agrícolas, projetos sociais fundamentada nos interesses particulares, principalmente monocultura de caju e entre outras atividades que provocam enormes danos ao meio ambiente, essa situação conduz as ONGs quotidianamente na busca de instrumentos para resolve-los. Também este autor observa ainda que os conflitos existentes entre as partes se refere a tentativa para a conservação das florestas, de maneira que a falta de um controle sobre a comunidade local causou um crescente conflito das zonas desflorestadas visando instalar pomares (hortas), também foi a partir desta situação, nos anos de 1992, que certas ONGs, particularmente Ação para o Desenvolvimento (AD) passou a atuar por meio de um projeto instalado nesta região. Por outro lado, salienta que a ONG Ação para o Desenvolvimento (AD) instituiu a implementação de pomares de mangueiras melhoradas, fundamentando a constatação de “suposto mercado europeu e no âmbito do projeto alegado à conservação desflorestais e criação de um parque natural para ter acesso ao crédito”.

Do mesmo modo, Sebastião Vieira (2017, p.17) também na sua análise sobre política ambiental na Guiné-Bissau, argumenta a respeito da existência de várias organizações mundiais, governamentais e não-governamentais que atuam no território guineense em favor da proteção, preservação e conservação da Biodiversidade e do meio ambiente, o caso do Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas-IBAP tendo como finalidade e responsabilidade de proteger e gerir Biodiversidade da Guiné-Bissau.

Outra situação importante relacionada a conservação do meio ambiente tem a ver com o Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP); seu objetivo é igualmente promover e conservar os ecossistemas e da Biodiversidade; auxiliar na criação e na administração das áreas protegidas; fornecer a utilização credível e imparcial dos recursos naturais; gerir de forma participativa e eficiente as Áreas Protegidas e os recursos estratégicos da Biodiversidade, respeitar os saberes “científicos e tradicionais” e apoiando a sinergias e

parcerias ao nível local, regional (IBAP, 2014 *apud* SEBASTIÃO VIEIRA, 2017). Este documento preocupa-se principalmente em diminuir a vulnerabilidade dos cidadãos e aperfeiçoar a sua resiliência às mudanças climáticas, dar o apoio ao país nos atuais empenhos para um “desenvolvimento sustentável com baixas emissões de carbono” e das resistências as alterações climáticas. Com base nesta situação, o Instituto vem reforçando a parceria estratégica com os seus parceiros tradicionais na gestão e no procedimento de preservação, principalmente as comunidades, as organizações nacionais e internacionais, na busca pelo desenvolvimento sustentável e ação consciente sobre o meio ambiente. Também se realiza nos últimos anos séries das atividades, visitas às organizações, pessoas e assim como alunos de diversas faixas etárias, inclusive as crianças de diferentes instituições escolares do país para preservação da Biodiversidade e gestão sustentável dos elementos naturais (recursos naturais) saber e monitoramento da fauna selvagem. Além disso, também desencadeou formação de capacitação cerca de 200 técnicos, em 2016, para o enfrentamento de novos desafios, nomeadamente nas áreas de “educação ambiental, marinhagem, implantação de viveiros florestas e frutícolas” e entre outros (IBAP, 2016, p.30), através do seu projeto Áreas Protegidas e Mudanças Climáticas na Guiné-Bissau.

Outro aspeto importante trata-se da organização denominada a Fundação BioGuiné. Segundo (IBAP 2017) *apud* (SEBASTIÃO VIEIRA, 2017, p.17), a Fundação BioGuiné como sendo uma organização apartidária, e “sem fins lucrativos, laica, de pessoas (jurídica) coletiva” de direitos particulares e de utilidade política, provida de notabilidade jurídica e de independência financeira e patrimonial, essa organização foi criada enquanto uma estrutura permanente de financiar o custo de gestão do Sistema Nacional das Áreas Protegidas (SNAP) que visa promover um “desenvolvimento social sustentável das suas comunidades”. Ainda de acordo com este investigador, nota-se que a BioGuiné estabelece uma estratégia de financiamento duradouro que visa fortalecer os ânimos que têm vindo a realizar-se para a conservação da natureza e o *empowerment* de grupos residentes nas zonas rurais e nos arredores das áreas protegidas da Guiné-Bissau, através da “apropriação, responsabilização e capacitação” de diversos atores sociais, simultaneamente BioGuiné propõe também garantir à durabilidade das atividades de gerenciamento e da preservação da biodiversidade (IBAP, 2017 *apud* SEBASTIÃO VIEIRA, 2017, p.17).

Outra instituição também fundado com a mesma finalidade, em 1991, foi a Tiniguena, uma organização da sociedade civil que reforçou a competências e conquistou a gratificação devido a sua ação de influencia sobre “a proteção do meio ambiente, promoção do

desenvolvimento participativa e durável e exercício da cidadania” para contribuição da mesma, conforme o sonho dos seus criadores, almejam ainda construir no território guineense um espaço “onde todos os seus filhos possam viver em paz, na dignidade e progresso; um lugar onde todos têm a possibilidade de participar e beneficiar do desenvolvimento do seu país”, apropriando-se e valorizando-se da sua riqueza natural e cultural, em prol das gerações presentes e futuras (TINIGUENA, 1993 *apud* SEBASTIÃO VIEIRA, 2017, p.18). Por outro lado, também esta organização não-governamental guineense atua nos “setores-chave e intervenção a conservação da biodiversidade agrícola, a gestão durável dos recursos naturais, a valorização dos produtos e saberes da biodiversidades, a informação e sensibilização e o exercício da cidadania”. Diretor executivo de Tiniguena Miguel de Barros (2018) sustenta que a organização que lidera contribuiu diretamente em decorrência das ações que diz respeito a governança participativa:

temos tido ações de mobilização das comunidades rurais na gestão direta do seu território, como são casos da animação do processo de cogestão da área marinha protegida comunitária das ilhas Urok e na legalização de terras comunitárias dos agricultores no sul da Guiné-Bissau, mas sobretudo a implicação da Sociedade Civil na monitorização e fiscalização das políticas públicas na matéria de exploração dos recursos naturais (floresta, pesca, minas e petróleo) (BARRO, 2018).

Além desse aspecto, cumpre dizer que existe ainda vários organismos internacionais que em colaboração com as ONGs nacionais desenvolvem junto das comunidades tradicionais as ações do planejamento ambiental no domínio do plano estratégico sobre a preservação ambiental na Guiné-Bissau.

UNIOGBIS (2015) *apud* SEBASTIÃO VIEIRA, 2017, p.20) ressalva que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PUNUD), através do seu parceiro o Instituto da Biodiversidade das Áreas Protegidas (IBAP) elaborara “as estratégias para proteção dos recursos naturais e a preservação da biodiversidade”, nesta ocasião se procuram manter-se um plano de ação em associação com as autoridades tradicionais para a “eficácia ou eficiência” dos mecanismos fiscalizatoria e adequada.

Todavia, é importante observar que há falta de uma visão consensual e unânime no que diz respeito as estratégias política, isso pode pôr em causa a sustentabilidade ambiental. Para isso, cumpre dizer que as autoridades tradicionais, o caso guineense contribuem valiosamente no processo da preservação ambiental através de leis costumeiras tradicionais que atuam em prol da sustentabilidade da mesma. Segundo afirma Indjai, Barbosa C e Catarino L; (2014) *apud* VIEIRA, 2017) que na sua opinião

As áreas sagradas no arquipélago de Bijagós representam em um símbolo muito importante sociocultural e tradicional para a conservação da biodiversidade e das áreas protegidas em suas comunidades a nível de Guiné-Bissau. As terras consideradas sagradas são de maiores relevância para as populações no que tange as práticas tradicionais, culturais, religiosas e da medicina tradicional, que sempre é importante para as mulheres, homens e as crianças dentro da comunidades em virtude de saúde comunitária, assim como através dessas práticas sagradas que fazem a proteção dos recursos naturais e a reserva da biosfera em algumas áreas do território nacional, (INDJAI, BARBOSA, CATARINO, 2014 *apud* VIEIRA, 2017, p.21).

Alguns dados ainda explicam que os antepassados nesse país criaram mecanismo adequado para proteção da natureza através da prática de “consagração tradicional” nas zonas onde residem e entendiam necessário (FORJAZ, 2013 *apud* VIEIRA, 2017). Por esta razão se considera que zonas do arquipélago de Bijagós é a maior região de *stocks* de biodiversidade e da conservação da Guiné-Bissau, os cidadãos cooperam bastante no que se refere ao controlo e proteção dos recursos naturais através de “práticas costumeiras tradicionais”, a preservação e prática sustentável das ilhas também possibilita a subsistência e a sobrevivência do povo Bijagós (CARDOSO, 2013 *apud* VIEIRA, 2017). Este autor salienta também que nos últimos períodos o governo da Guiné-Bissau, através da sua política, visa criar planos nacionais e/ou internacionais para demarcação de zonas de preservação da biodiversidade, quanto o uso da preservação da biosfera que permite um desenvolvimento estimável económico, social e patrimonial preservando assim o meio ambiente da Guiné-Bissau. Apesar de particularidade de costumes tradicionais sagrados do povo Bijagós possibilita um impacto ambiental, não só, mas também promove a regeneração dos recursos naturais para preservação da biodiversidade, Cardoso (2013 *apud* VIEIRA, 2017), explica ainda que

A etnia Bijagó produz e reproduz, historicamente, as suas práticas costumeiras de administrativa tradicional política, que se refletem no seu modo de vida coletiva de forma relativamente isolada do continente, com base nessa cooperação social e relações próprias com a natureza, eles se diferenciam, sob ponto de vista cultural, socioambiental, sociocultural e sociopolítico, das outras etnias Guineenses, desempenhando, assim, um papel fundamental na sustentabilidade ambiental de áreas hoje consideradas protegidas do arquipélago, pois, não tem como dissociar o homem Bijagó do meio ambiente (CARDOSO, 2013 *apud* VIEIRA, 2017, p. 35).

Outro dado importante que deve ser ressaltado é a relação observada entre homens e mulheres bijagós e o meio ambiente atrelado às exigências de espaços sagrados naquela localidade, os indivíduos são impedidos de entrarem para suposta exploração da biodiversidade e dos recursos naturais, o fato que facilitaria a limitação dessas zonas como lugares protegidos e da preservação de biosfera para gerações vindouras, possibilitando o melhoramento da situação ecológica interna. As práticas tradicionais bijagós conduz a ter uma dependência completa no que concerne a exploração da biodiversidade e dos recursos naturais, por essa forma impõem as regras e as normas no seu meio para atender as exigências necessárias para conservação dos seus recursos e a conservação da biodiversidade (CARDOSO, 2013 *apud* VIEIRA, 2017, p. 35). Também este autor explica que a prática religiosa tradicional dessa população estabelece limite nas áreas consideradas sagradas onde as populações, os turistas e entre outras personalidades semelhantes não podem frequentar ou pisar nessa ilha sem anuência dos anciões nem podem realizar a referida cerimonia para deixar a sua admissão no referido local. Os anciões igualmente definem os lugares inadmissíveis para realizar algum tipo de exploração como também as áreas onde se admitem a exploração das árvores que deverão ser usadas na própria localidade e essa é uma lei que abrange a todos. Geralmente para o povo guineense o *mato* desempenha um papel muito sagrado do ponto de vista cultural e religiosa, é um lugar de comunicação permanente com as divindades, um *kau di sigridu* (espaço de segredo), da realização de cerimónias de fanado (ritos de iniciação), de ensinamentos educacionais tradicionais, por isso é protegido para não permitir a circulação e a agressão das pessoas não autorizadas, principalmente as pessoas estranhas de ter acesso a essas zonas sagradas.

Indjai B, Barbosa C, e Catarino L (2014) *apud* Vieira (2017, p.47) explica que o lugar sagrado tradicional nos arquipélagos de Bijagós não apenas reproduz consideravelmente uma representação para manutenção de biodiversidade nas zonas conservadas e da preservação da biosfera, como também demanda ainda o papel de fiscalizar, patrulhar e reproduzir os recursos naturais nas áreas costeiras do território guineense. Logo, o autor explica que o Estado da Guiné-Bissau certamente reconhece o controle da prática tradicional sagrada no que diz respeito da criação de zonas reservadas e da exploração dos recursos naturais a nível nacional para um desenvolvimento sustentável económico nessas áreas e um meio ambiente ecológico.

Barros (2018) afirma também que uma associação camponesa de mulheres na Guiné-Bissau inaugurou uma experiência piloto de gestão comunitária das florestas por causa da forte ameaça dos chineses, que entram nas suas matas com a anuência de licenças emitidas

pela agente da floresta (direção geral da floresta). As mulheres dessa associação entraram nas florestas, prenderam todas as motosserras dos usurpadores, além disso, aprenderam todas as árvores curtas, também ordenaram indenização das árvores serradas e impediram os agentes florestais de chegada a suas áreas de floresta comunitária. Essa visão que as mulheres guineenses detêm sobre a gestão das florestas é, principalmete, um modelo pleno de promover a sustentabilidade, gerar a renda fundamentada na solidariedade e liderança na sua governança ressalta Barros (2018). Na Guiné-Bissau *mindjeris* (mulheres) desempenham um papel incontestável na economia guineense, graças as mulheres desse país muitos dos jovens têm seus problemas resolvidos, sobretudo no domínio da formação superior devido o forte engajamento das mulheres nas atividades económicas nas florestas, onde muitos delas se dedicam na prática de hortalista *di labra kamati, badjiqúi, kandja ku utrus tarbadjus ku ta fasidu dentru di matu*. É neste sentido que a preocupação da preservação das florestas no território guineense é de suma importância, não só para as mulheres como a sociedade de forma em geral.

Sobre a prática de exploração dos elementos naturais (recursos naturais) os cortes abusivos e descontroladas das árvores na Guiné-Bissau. “O Jornal Democrata” (2015) explica, na sua página Oficial da revista, que nomeadamente “Em Nome do Dinheiro: governo vende floresta às empresas exportadoras de troncos de madeira”. Segundo este documento, em nome de dinheiro, ou seja, da disputa á riqueza fácil constitui neste momento um ataque e conseqüentemente, o desmatamento da floresta da Guiné-Bissau por parte dos *gringos* responsáveis das empresas exportadoras dos troncos de madeira. Democrata (2015) afirma também que este crime está suportado por altos funcionários do aparelho do Estado que, em cumplicidade com “os chefes de tabancas e/ou régulos”, ambos têm intenção de caçar a espécie, uma das mais importantes das florestas guineense, trata-se, por exemplo, do pau de sangue, uma das plantas de maior aceitação no mercado mobiliário. Além disso, eles utilizam também as árvores secas para extração de carvão e corte de cibes.

Esta prática, segundo Democrata (2015), na região de Tombali, no sul da Guiné-Bissau, as ações de corte dos troncos de madeiras e cortes das árvores para extração de carvão ao nível da região acontece mais no setor de Quebo, enquanto a exploração de cibe se verifica mais no setor de Cacine, sobretudo na zona de Campês, onde se pode observar camiões cheios de cibes. Também Democrata (2015) ressalta ainda que várias informações foram expostas por responsáveis fiscalizadores, isto é, os guardas florestais (elementos da agente policial encarregues para fiscalização das zonas florestais da Guiné-Bissau) que a

floresta de Cantanhez (um dos parques natural e/ou nacional) é reconhecido por certos ambientalistas da sub-região como um património sub-regional e que deve ser conservada.

No entendimento dos técnicos florestais o pau do sangue é a mais cobiçada no mercado mundial, razão pela qual a Direção Geral das Florestas e Fauna exige um pagamento da licença da exploração no montante estimado no valor de 100 dólares norte-americanos (50 mil francos cfa), por cada metro cúbico, segundo revela Democrata (2015). Também aponta que a única empresa que neste sentido realiza a corte de madeira naquela província sul do território guineense é chinesa, nomeadamente *EMPRESA BISSAU XIONG FEI MADEIRA SARL*, que opera em cooperação com a empresa nacional *FOLBE* é a responsável de uma licença que outorga o domínio de devastação florestal nas regiões de Tombali e Quinara. Dessa forma, todas as empresas que desejam realizar exploração de madeira precisam manter contato com a *FOLBE*, no qual negociam a percentagem e, somente após realizar o pagamento da licença nas mãos das autoridades, logo a empresa será autorizada a executar o corte de madeira, afirma Democrata (2015).

Entretanto, se percebe que a Guiné-Bissau vive de uma situação política corrupta o que impulsionou má gestão dos seus recursos naturais. Miguel de Barros (2018) responsabiliza na sua análise a impiedade e atitude descomprometida com a sociedade das elites políticas corruptas na sociedade guineense:

A Guiné-Bissau vive, infelizmente, uma situação politicamente parecida com o Brasil, onde uma elite econômica corrupta açambarcou o poder político, sem compromisso com a transformação de um país cheio de potencial natural, cultural e econômico, apoiado internacionalmente por alguns países na região da África ocidental com interesses nos recursos naturais da Guiné-Bissau, alimentando uma agenda oculta do regime, (BARROS, 2018).

Outro aspecto importante, releva que a exploração de recursos naturais, sobretudo de madeira na Guiné-Bissau refere-se ao setor de Quebo, nesta zona independentemente da empresa Chinesa, verifica-se principalmente a frequência dos madeireiros tradicionais que, com a participação de certas figuras destacadas da região ou ao nível da administração principal, realizam exploração das espécimes de pau de sangue, como também bissilão que comercializam para os donos de mini serrações locais, às vezes, as levam para Capital Bissau (DEMOCRATA, 2015). Informa também que um dos encarregados regionais da floresta justifica que as práticas de cortes dos troncos de madeira se centralizam principalmente nas matas das tabancas, onde se concentra maior quantidade das espécies pau de sangue e bissilão, que são particularmente nas zonas como: Cuntabali, Centro Fruticola de Coli, Unal,

Balana, Lendel, Mampata Forrea, Tchá-Laia, Gama, Cumbudjá, Djidal, Sintchã Odi (Bulola) e Colobia. Sendo que alguns dos responsáveis de jovens das diferentes tabancas, régulos e/ou indivíduos prestigiosos no setor são utilizados no sentido de os facilitarem a mobilizar a comunidade. Isto justifica a falta de informações da comunidade local no sentido de entender o maior risco que esta prática pode afetar nas suas vidas porque o poder económico é utilizado para corremper os jovens com intuito de alcançar os seus objetivos. O flagelo de corte é genérico apesar é útil entender que o envolvimento da camada juvenil no ato de corte de madeira se justifica pelo facto da autoridade estatal carece da sua responsabilidade em cumprir com as suas obrigações, pois quando a organização política como o Estado está orientado pelos governantes corruptos sempre que haverá a disfuncionalidade institucionais.

Outro fator importante que Democrata (2015) ressalta são as empresas exportadoras de madeira, conforme as narrativas adiantadas e asseguradas através dos vários chefes das tabancas desta localidade, comprovam o documento de autorização de corte de troncos, entregue pelas autoridades através da Direção Geral da Floresta antes de começar a exploração. Segundo os dados descritos, Democrata (2015) demonstra que depois de apresentar licença, a empresa dá oferta à tabanca na quantia de “50 mil francos cfa”, considerado dinheiro de “kola”, esse montante serve para que a tabanca possa solucionar certas questões pendentes. Além do dinheiro, formaliza também outro tipo de contrato informal entre a comunidade e a empresa, no qual a empresa efetua o pagamento de um quantia de cinquenta mil francos cfa (50.000 cfa) por cada contentor carregado de troncos de madeiras; o financiamento gratificado dos contentores carregados dos troncos de madeiras é deixado juntos dos chefes da comunidade que, conforme explica, assume de encarregar da administração da soma paga pela empresa que deveria ser encaminhada para reabilitação da mesquita, construção de clubes de jovens e entre outras necessidades da comunidade. Porém, um dos representantes dos jovens das zonas afetadas através da prática do derrube de troncos, mas que solicitou anonimato, explica que o dinheiro originário do financiamento do carregamento dos contentores de troncos de madeira fica sob a gestão dos representantes das tabancas, nem sequer tiram uma parte desse dinheiro para resolver os problemas da comunidade (DEMOCRATA, 2015).

Também de acordo com este documento, durante esta prática de corte de madeira foi registrada a quantidade das árvores cortadas em alguma zona de Mamapata Forrea, sobretudo na povoação de Sintchã Odi, sendo que nesta localidade são encontrados um total de 234 espécime de pau de sangue. Esta atividade recebe também apoio da camada juvenil

que carregue troncos através de um contrato celebrado com o intermediário da empresa chinesa, por sua vez, lhes pagam um valor de mil francos cfa por cada tronco levado para o camião, a partir do lugar da corte este mesmo dinheiro se aplica na descarga já no lugar de celebração do contrato dos troncos a espera dos camiões (DEMOCRATA, 2015). No ato do carregamento dos contentores, cobram dois mil francos por cada tronco além da mão-de-obra garantida por certos jovens das comunidades, não só, mas também aliam os jovens para indicarem as vias da mata e/ou as áreas onde se consegue achar mais espécimes do pau de sangue. Porém, além desta localidade onde esta prática decorre ainda acontece nas outras localidades também a exploração das árvores para extração de carvão, principalmente na povoação de Tchã-Laia, onde se verifica enormes fornos de Quebo e lenha para extração de carvão, como também sacos de carvão nas bermás de estradas para quem se interessar comprar, ou seja, estão disponíveis para a venda, (DEMOCRATA, 2015), informa também que

O régulo de Forrea, Aladje Mamadú Baldé, que confirmou que, a atividades de cortes dos troncos de madeira se verifica no seu regulado. Todavia, sustentou que estão contra a mesma, mas nada podem fazer para impedir as empresas que são autorizadas pelas autoridades centrais, que segundo ele, têm mais poderes que o régulo. O Estado defende que é proprietário da floresta, então cabe a ele conceder a licença para os cortes das árvores às empresas interessadas. Nestas circunstâncias o que é que podemos fazer? A comunidade de Colobia que é uma das tabancas que fazem parte do meu regulado tentaram resistir contra os cortes dos troncos nas matas de Sancuali, porque ali se verifica as movimentações de búfalos e inclusive dos elefantes. Depois da entrada da empresa chinesa que faz corte de troncos nesta zona, através das matas de Tchã-Laia, onde iniciou atividades das matas de cortes a comunidade da Colobia levantou-se contra a mesma nas suas matas, isto deu origem a detenção de alguns rapazes que faziam cortes inclusive três máquinas de cortes, (BALDÉ, 2015 *apud* O DEMOCRATA, 2015).

Muita das vezes a autoridade central da Guiné-Bissau goza de imunidade do poder legítimo para coagir de forma ilegítima a reivindicação legal da comunidade contra a má prática de exploração de recursos que lhe pertence, isto gera também discórdias. Com a rebeldia dos cidadãos locais a administração local em cooperação com a empresa titular da licença de corte naquela área, resolveu comunicar os membros da Guarda Nacional, a partir de setor de Buba (Quinara), com o objetivo de assustar as populações para que essas possam devolver as máquinas e permitir que a empresa avançasse com o derrube dos troncos, graças a intervenção do régulo ajudou a tranquilizar a população que estava geralmente revoltosa

com a prática (BALDÉ, 2015 *apud* DEMOCRATA, 2015). Por sua vez, a comunidade resolveu devolver as máquinas de corte que a empresa conseguiu por recuperá-las, através da administração local, e na observação desse régulo a prática de exploração de madeira nas suas matas é bastante preocupante. Infelizmente a comunidade não consegue resolver nada Democrata (2015). Para além desse relato, também o deputado da nação do círculo eleitoral 02 (setor de Quebo), Amadú Saico Seidi, informou que no seu círculo se verifica também essa mesma prática de devastação dos troncos da madeira, nomeadamente o tipo de pau de sangue, (DEMOCRATA, 2015). Segundo este deputado, observa-se que a prática de corte de madeira não cabe a apenas a empresa chinesa, mas também a população local e a autoridade estão empenhados nesta cumplicidade da prática de devastação florestal no território guineense:

Primeiro disseram que os chineses é que faziam cortes dos troncos, mas atualmente se verifica a invasão da floresta por parte da própria população, que também está a fazer cortes de madeira. Toda a gente foi comprar uma máquina para cortar troncos, porque é uma atividade muito lucrativa. Essa situação é do conhecimento das autoridades setoriais e regionais que até aqui não conseguiram travar a invasão das florestas pelos populares (SEIDE, 2015 *apud* O DEMOCRATA, 2015).

Como se pode notar na opinião desse cidadão nacional, se revela que cada indivíduo que adquire uma máquina de corte, entra na floresta da sua tabanca para derrubar a madeira, alegando que tem direito na mata, ou seja, a mesma floresta pertence aos avôs (SEIDE, 2015 *apud* DEMOCRATA, 2015):

Fui a primeira pessoa que fez a denúncia dos cortes tradicionais e desenfreadas das árvores que se verifica nas florestas de Tchá-Laia, mas infelizmente, as autoridades não fizeram nada na altura para estancar a prática. Isso levou com que as autoridades de cortes dos troncos se estendessem para outras tabancas que também têm “pau de sangue e bissilão”. Agora qualquer pessoa compra uma máquina que sub-aluga a terceiro, para que esta faça corte na floresta, em caso de conseguir número significativo de troncos, aluga um camião para os transportar para Bissau, onde são vendidos a um preço lucrativo, (SEIDE, 2015 *apud* O DEMOCRATA, 2015).

A falta de cumprimento das leis florestais por parte da autoridade estatal pode motivar a atitude da população local na tomada de medidas para corte das árvores, desde já que o poder local na África funciona, onde os mais velhos são respeitados. Apesar de grande ações neste sentido, algumas zonas não afetaram pela esta mesma pratica desenfreada. Para Seco Biai (2015) *apud* Democrata (2015), o setor de Cacine não sofreu a devastação dos

troncos de madeira, mas, sim de cibes, como também a desmatção numa altura em que se avizinha o período das chuvas para a prática agrícola de arroz (n'pampam). Mais do que metade da população guineense vive da agricultura de subsistência, portanto há tendência da agressão florestal para sustento neste período. Esta situação de desmatamento florestal para o cultivo de arroz, inquieta bastante os conservadores das florestas que atuam, em parceria com as ONGs, para a conservação da mesma.

Em decorrência da preservação das matas a povoação teve sorte de albergar três grandes florestas, onde se verificam circulação dos animais, mais principalmente dos búfalos, igualmente designam-se Nkoma, Badjassugu e Bissiló. Seco *apud* Democrata (2015), explica que naquelas florestas também registram espécies de paus de sangue e bissilão, razão pela qual isto gera medo de que um dia as empresas interessadas por essas árvores venham a destruir estas florestas. Por sua vez afirma que a floresta de Nkoma é um sítio bastante sagrado desde os primórdios dos seus antepassados, de maneira que não se possibilita o derrube de qualquer tipo das árvores naquela mata, ou mesmo o desflorestamento para o cultivo de arroz, no entanto explica que esta mata é realmente “sagrada se deitarmos o fogo aqui começa a chover e a pessoa que pós o fogo sofrerá as consequências rapidamente”. Conforme Democrata (2015), o conservador da floresta, que, entretanto, se apresentou angustiado para que o fenómeno do corte das espécimes não afetará um dia as suas florestas. Como dito anteriormente que o povo guineense mantém uma relação intrínseca com a natureza. Um fato que ajuda a manutenção das florestas sendo que, se houver um reconhecimento rigorosa por parte do Estado, essa prática tradicional contribuirá bastante na conservação das florestas diminuindo ataques desnecessários.

O Governador da região de Tombali comenta também que existe corte indiscriminada das florestas de madeira, uma devastação excessiva da floresta em detrimento aos interesses de um punhado de indivíduos. Esta devastação florestal está a agitar bastante a vida social e a situação económica dos habitantes dessa população que beneficiam imensamente da floresta para sua subsistência. Segundo Democrata (2015):

Neste particular, devido a corte no setor de Quebo nas matas de Sancuali isto faz com que os animais se entrem em pânico e movimentam um lado para outro. Há um helefante que recentemente deu luz nas matas de Sancuali, mas devido aos barulhos das máquinas dos cortes, não conseguiu tranquilizar-se, assim acabou por andar de um lado para outro, o que constitui um perigo para as populações que circulam naquela zona. Havia vários tipos de animais nesta zona, mas com ondas das cortes de troncos nas florestas, já não se consegue ver mais esses animais. Recebemos sempre as informações, através de populações, que os chineses estão a

fazer cortes, mesmo que queiramos impedir o corte não vamos ser obedecidos. Também existem elementos da Guarda Nacional é que me apresentou uma vez a licença da empresa Chinesa que ia operar em Quebo, pode-se imaginar até onde chegou esta situação? (GOVERNADOR, 2015, *apud* O DEMOCRATA, 2015).

Literalmente se observamos bem os argumentos acima expostos nos conduz a entender que a autoridade da Guiné-Bissau é o maior cúmplice da prática do desmatamento ilegal das florestas, dado que o envolvimento dos agentes policiais de forma direta no negócio ilícito da corte de madeira nestas zonas. Disto presume-se haver necessidade de estabelecer uma parceria séria com a autoridade tradicional no domínio da preservação das florestas, pois o comportamento da autoridade política estatal não possibilita a boa política que possa favorecer as condições propícias para a implementação de normas para conservação das florestas e que não põem em causa o meio ambiente. Mas também podemos notar que essa ação desenfreada de corte abusivo de madeira que envolve o Estado, ainda constitui um objeto de grande preocupação para Organizações da sociedade Civil da Guiné-Bissau.

Segundo revista Pravda. Ru (2018), a organização da sociedade civil guineense, Tiniguena - "Esta Terra é Nossa", acusou o Governo demissionário guineense de exercer uma prática criminosa de violar a moratória que impede o comércio ilegal e da venda de madeiras importantes confiscadas no território guineense. Ainda para essa organização, isso demonstra que a comercialização de madeira cortada de maneira ilícita no território guineense causou onda de contestação entre as organizações da sociedade civil da Guiné-Bissau, na qual imputam a responsabilidade ao executivo de praticar um crime. Também a mesma revista explica que o Governo de Umaro Sissoco Embaló começou a exportação de 1.500 contentores com madeira cortada de forma ilícita, confiscada, e que estava espalhada pelas florestas guineenses (Pravda. Ru, 2018). Ao depararmos com esse fato supomos que as autoridades nacionais, sobretudo os líderes políticos guineenses, pouco valorizam o interesse comum, devido a pouca visão sobre as necessidades sociais da população sobre estes recursos. Os governos do país em vez de preocupar-se com o melhoramento e o investimento local do espaço onde os recursos foram retirados, não se importam com isso e nem sequer saber dos prejuízos resultantes da mesma exploração. Como podemos perceber, durante o período de trasição assistiu-se um crime incontrolável contra a exploração das florestas em Guiné-Bissau que resultou na falta da responsabilização por parte dos infratores. Não houve benefício e nem retorno para a sociedade, apenas para o interesse de minoria de governantes falhados e desonestos.

Para Miguel de Barros (2018), diretor-executivo da Tiniguena, uma das organizações envolvidas nas ações de reivindicação, explica que a prática é ilícita e afeta gravemente o Estado da Guiné-Bissau. O ativista guineense afirma que é

Estranho o facto de o Governo tomar uma decisão de investimento público quando está numa situação de gestão. A medida não tem carácter retroativo e estando em vigor uma moratória que proíbe a comercialização e exportação de madeira, qualquer decisão contrária é ilegal e sem credibilidade (BARROS *apud* PRAVDA. RU, 2018).

Ainda segundo este ativista, a madeira espalhada pelas florestas e nos contentores da capital Bissau foi confiscada pelo Executivo entre 2012 e 2014, em decorrência de uma campanha de corte ilícito das árvores nas florestas do país por madeireiros locais e estrangeiros (BARROS 2018, *apud* PRAVDA. RU, 2018). Com esta situação, através do plano de proibição do corte das árvores impulsionou o executivo do ex-primeiro-ministro, Domingos Simões Pereira, a ordenar em abril de 2015 “uma moratória” de cinco anos, como possibilidade de diminuir os riscos que pusessem em causa o equilíbrio ambiental no território guineense. Barros (2018) *apud* PRAVDA. RU, 2018) demonstra também que esta decisão foi tomada num momento em que centenas de madeireiros guineenses e estrangeiros detinham licenças de exploração autorizada pelas autoridades de transição que governaram o país ao longo de dois anos, resultante do golpe militar de 2012. Com a iniciativa da venda e exportação de madeiras, podem notar que a atual autoridade governativa da gestão está a estimular uma nova corte de árvores que poderá pôr em causa a estabilidade do país e gerar conflitos sociais como anteriormente já vinha ocorrendo.

O Governo está a incentivar uma nova possibilidade de retorno ao ataque das nossas florestas com o abate de mais árvores. Se por um lado as leis não são respeitadas, por outro também não se cumpre a moratória. Assim sendo, torna-se difícil acreditar que o encaixe financeiro que o Governo terá com a venda dessa madeira apreendida garanta a compensação da comunidade local. Questionamos como é que se pode pensar numa perspectiva de comercialização sem a existência de um plano de investimento ao nível local e a restauração do ecossistema florestal. Não há mapeamento, desconhece-se a superfície da zona e das espécies que foram atingidas, não há nenhum plano de repovoamento, não existem planos de investimento nas estruturas de monitoria, de fiscalização e de vigilância do espaço florestal (BARROS *apud* PRAVDA. RU, 2018).

Neste sentido, é lícito acreditar que o governo da Guiné-Bissau apresenta uma deficiência enorme em termos do planeamento quer nas estratégias para o financiamento

assim como das atividades de replantação que visa a recuperação das áreas reflorestadas ilegalmente. O descumprimento da efetivação das leis florestais também deve merecer uma preocupação especial no que se refere as questões do desmatamento das florestais na Guiné-Bissau. Entretanto é importante notar que esta prática criminosa também foi testemunhada pelo então Director da Floresta e Fauna, que por sua vez demonstra que,

Com a venda da madeira apreendida, o Estado guineense deverá arrecadar cerca de 10,3 milhões de euros, sendo 35 por cento desse montante enviado para a Direção-geral das Florestas, através do Ministério da Agricultura, Florestas e Pecuária para a realização de um inventário florestal de repovoamento. Primeiro, temos que saber quais foram os danos causados e para tal necessitamos de efectuar um inventário. O resto do dinheiro será depositado no Tesouro Público (CAMARA, 2018, *apud* PRAVDA. RU, 2018).

Nesta perspectiva, faz-se necessário entender que várias opiniões públicas reconhecem que a autoridade guineense, enquanto entidade responsável, deve ser exigida pela má prática que se verifica no que diz respeito ao abate abusivo de madeiras. Mesmo assim, Barros (2018) *apud* Pravda. ru (2018) observa que o Estado deve ser responsabilizado, mesmo assim entende que é preciso estimular a população local no sentido de intentarem um processo judicial contra as autoridades que não zelam para que o investimento seja feito de maneira condigna recompensando as populações pelos danos assinalados devido a corte de árvores. Além disso, também salienta que é necessário adotar política de gestão sustentável das florestas e criar mecanismos para que haja a compensação imediato no domínio do investimento social daquilo que são madeiras em direção á exportação, porque segundo ele esse negócio de madeira somente está a possibilitar aos grupos privados penetrarem nas zonas reservadas à proteção ambiental de uma maneira absolutamente anárquica e ilícita, custeando sistemas de partidos e políticos, isso põem em causa a capacidade do Estado de realizar a sua tarefa, uma atitude que somente amplifica o risco de conflitos sociais e a instabilidade política, Barros (2018) *apud* Pravda. ru (2018).

O Estado da Guiné-Bissau torna-se impotente de cumprir e fazer cumprir com as leis das políticas florestais que favoreçam a boa gestão e da utilidade viável dos recursos florestais, devido a sua fragilidade política desonesta e financeira para assegurar e consolidar as suas políticas florestais, portanto a submissão financeira também pode causar a decisão do Estado guineense no âmbito de cumprimento das suas obrigações. Como podem acompanhar nssa perplexidade do Estado guineense, justifica também as críticas da imponência social entre entidades sociais e ativistas ambientais guineense.

O que a Guiné-Bissau está a fazer no que concerne à gestão dos recursos florestais é algo que põe em causa a sua própria estabilidade política. É através deste negócio ilícito onde se tem acesso aos recursos financeiros que acabam por capturar o Estado naquilo que são as suas capacidades e responsabilidades. Nós vimos casos no interior do país, onde não havia mesquitas e foram pessoas ligadas ao negócio da madeira que financiaram a construção de mesquitas. É uma forma de corromper uma comunidade para se alienar dos seus recursos (BARROS, 2018, *apud* PRAVDA. RU, 2018).

Visto que as práticas de exploração florestal na Guiné-Bissau ganhou uma dimensão política e socioeconómicas incontornáveis, sendo que varias entidades estrangeiras são vistos como os principais responsáveis da comercialização e de exportação de madeiras das florestas no território guineense, destaca-se as seguintes: a China, o Vietname e a India os importantes destinos da madeira, composta principalmente por *pterocarpus violaceus*, notório no território guineense como pau de sangue, é a fundamental espécie derrubada, Barros (2018) *apud* Pravda. ru (2018). Por mais que seja feita a exportação, deveria ter o seu retorno social e económico para o bem-estar da sociedade guineense.

Portanto, falar da sustentabilidade ambiental na Guiné-Bissau não se deve resumir apenas ao cumprimento das leis e de responsabilidade do Estado, embora seja a principal entidade encarregada e promotora desta política, isso requer um esforço coletivo que engloba toda classe social e política pela busca de um mecanismo consensual e transitável para o meio ambiente, sobretudo quando se refere da questão de exploração florestal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisamos, particularmente, na Guiné-Bissau a partir do período colonial os problemas no setor do ambiente, incluindo algumas abordagens históricas sobre as políticas ambientais que o país vem adotando, resultante da participação nos encontros internacionais. Fez-se análise sobre o posicionamento crítico sobre o comportamento indesejável que causa os conflitos socioambientais, em Guiné-Bissau. Esses fatos facilitam compreensão a justificar que a falta de reconhecimento dos saberes locais, o monopólio das políticas ambientais pelas entidades privadas, a ausência efetiva do poder de Estado na Guiné-Bissau são possíveis elementos factuais que tensionam os conflitos ambientais.

Miguel de Barros (2018) salienta que os avanços conseguidos no campo ambiental foram graças ao esforço da consideração dos “saberes ancestrais e tradicionais”, que facilitaram a proteção do “patrimônio natural” que hoje temos:

a nossa fala tem sido baseada na promoção de lógicas de convivência mais comunitárias e sustentáveis de reciprocidades e cumplicidades das sociedades africanas, onde ainda podemos encontrar culturas horizontais, de dom da terra e com formas de governança baseadas em corresponsabilidade e cogestão de espaços e recursos naturais e culturais, nos quais os jovens não só são a esperança e o futuro, mas são chamados a desempenharem papéis cruciais dentro do sistema participativo e inclusivo nas tomadas de decisão (BARROS, 2018).

Particularmente, é importante a sua aplicação de forma geral no contexto social do território guineense, pois, o papel desempenhado pela comunidade local, no que diz respeito as práticas sustentáveis é palpável. Cabe as autoridades zelar para o bom uso da mesma, oportunizando a comunidade local a participar ativamente nas decisões dos assuntos económicos e políticos do país.

Nesta senda é benéfico se a sociedade guineense junto da autoridade repensassem a necessidade da implementação de uma proposta sobre a educação ambiental mais inclusiva para a preservação do meio ambiente. Certamente isso conduzirá uma grande valia no domínio florestal, visto que a preservação do meio ambiente, segundo o nosso pensamento, é uma prática que presume um engajamento não exclusivamente do conhecimento científico, mas também dos saberes práticos locais que requer a possibilidade de estabelecer um diálogo realizável para o meio ambiente, das florestas e consequentemente da sociedade em geral.

Para Matos (2010,p.115) é relevante uma consideração sobre a sociedade e os procedimentos de educação a partir de uma atitude “dialógica, problematizadora e

comprometida com as transformações sociais estruturais da sociedade”. Matos (2010) admite que toda atividade económica deve obedecer sua função social para fortalecer as condições indispensáveis e suprimir ou atenuar os impactos ambientais que possam contribuir para a redução da pobreza, principalmente dos passivos. Desse modo, qualquer atividade económica merece uma avaliação sob o ponto de vista ambiental e social, ou seja, deve preservar a sustentabilidade ambiental e a felicidade social. Nessa ordem de ideia, Ribeiro (2006) *apud* Matos (2010) propõe alguns caminhos essenciais, como, por exemplo:

O aprofundamento da consciência e da concepção ambiental, bem como a maior sensibilização social e individual. Mostra que a paz social está associada a relações amigáveis com o ambiente e que a ignorância e autocomplacência precisam ceder lugar a padrões éticos e à ação com responsabilidade. O desenvolvimento sustentável, em sua dimensão cultural, depende de um conjunto de valores, internalizados pelo cidadão, que orienta seu comportamento para uma relação menos agressiva (...). (...) a boa gestão da sustentabilidade exige investimento em dinheiro, habilidades e a capacidade de desenvolver e aplicar métodos e instrumentos de ação que permitam transformar ideias, intenções e desejos louváveis em realidades construtivas (...). (...) os métodos participativos baseiam-se nos princípios da cooperação, da prevenção e da sustentabilidade, e em valores culturais e éticos. (RIBEIRO, 2006 *apud* MATOS, 2010, p.102).

Se atentarmos rigorosamente para os dados expostos, isso justifica que há necessidade de valorização da educação ambiental na Guiné-Bissau, sendo uma política e instrumento transitável que poderá contribuir para redução do desmatamento (cortes abusivos) das florestas desnecessário e desqualificado, contudo com ausência dessa iniciativa, a situação ainda poderá agravar gerando consequências negativas sobre a vida da população e suas futuras atividades económica e política. Neste sentido, é necessário que o Estado da Guiné-Bissau assuma com suas responsabilidades, e exigir as entidades estatais competentes e privadas implicados no ato criminoso a zelarem pela boa prática da exploração florestal, para que a sociedade possa ter acesso e usufruir desses recursos naturais de forma consciente e benéfico.

Desta feita, cumpre salientar que o conceito da educação no pensamento de Libânio (2004) *apud* Matos (2010, p. 114). Numa perspectiva mais abrangente, “a educação abrange o conjunto de influências do meio natural e social que afetam o desenvolvimento do homem e sua relação ativa com o meio social”. Alguns autores analisam através de um olhar progressivo histórico sobre conceito da educação ambiental, observado que este conceito foi

encarado ao longo do tempo de maneira restrito. Como observa Junior (2009, p. 215) o desenvolvimento do conceito de Educação ambiental estava diretamente vinculada ao desenvolvimento do conceito de meio ambiente de modo como este era entendido. Entretanto, o conceito de meio ambiente, limitado unicamente a seus aspectos naturais, não possibilitava avaliar as “interdependências nem a contribuição das ciências sociais” à percepção e “melhoria do ambiente humano”. Neste sentido, o conceito da Educação Ambiental, pode ser definido como um processo de “formação e informação”, conduzindo para o desenvolvimento do conhecimento crítico sobre os assuntos ambientais e de práticas que conduzem a “participação das comunidades” na conservação do equilíbrio ambiental. A Conferencia Internacional sobre Meio Ambiental e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade em 1997 (JUNIOR, 2009, p.215) definiu a educação ambiental como instrumento conduzindo as mudanças de atitudes e “estilos de vida”, para difundir conhecimentos e fortalecer habilidades na disposição do público, suportando mudanças rumo a sustentabilidade provenientes de outros setores da sociedade. Para Junior (2009) a Educação Ambiental como um método que consiste em proporcionar os indivíduos uma consciência crítica e geral do ambiente.

A partir dessa ideia, se pode identificar duas modalidades de educação intencional: Formal e Informal, segundo Figueiredo (2003) *apud* Matos (2010):

A educação Formal que se refere a tudo que implica uma forma, ou seja, que seja inteligível, estruturada, organizada, sistemática e intencionalmente planejada, ou mais diretamente, a educação escolar convencional”. A educação Informal contempla aquelas atividades que, embora também sejam intencionais, possuem baixo grau de estruturação, organização e sistematização com relações pedagógicas informalizadas, as quais têm nos movimentos sociais organizados na cidade e no campo, as atividades comunitárias, as de cunho cultural etc. dentro da escola ela está nas atividades extra-escolares como atividades complementares interligadas à educação formal (FIGUEIREDO, 2003 *apud* MATOS, 2010, p. 114-115).

Layrargues (2009) *apud* Matos (2010) constata que a educação ambiental pressupõe a necessidade que transmite o papel da moralização social e que vincula o homem e a natureza possibilitando uma mudança da sociedade e do comportamento humano sobre meio ambiente, portanto esse autor indica que:

EA deve ampliar sua função moral, de socialização dos humanos com a natureza, atuando como um instrumento de reprodução social, estendendo sua ação além do papel de mudança ambiental atuando como um fator de mudança social (LAYRARGUES, 2009, *apud* MATOS, 2010, p.100).

Neste sentido, a educação ambiental na perspectiva de alguns autores apontam para lugares específicos e que são necessários para a implementação desta prática ambiental. Tais lugares podem ser nas escolas, as associações de bairros, os sindicatos e as universidades, segundo Reigota (2004) *apud* Matos (2010):

A educação ambiental como perspectiva educativa, pode estar presente em todas as disciplinas, quando analisa temas que permite focar as relações sociais, sem deixar de lado as suas especificidades [...] a introdução dessa perspectiva na escola supõe uma modificação fundamental na própria concepção de educação, provoca mesmo uma “revolução” pedagógica (REIGOTA, 2004 *apud* MATOS, 2010, p.107).

Isto significa que havendo a necessidade de produzir consenso sobre a possibilidade da instalação da educação ambiental nas instituições escolares facilitaria na mudança social e dos pensamentos sociais sobre o meio ambiente. Carvalho (2001) *apud* Matos (2010), constata que ao referirmos as possíveis explicações referentes aos conceitos-chave, sobretudo “ambiental” e/ou “sustentabilidade” observa-se que ainda estamos distante de atingirmos um entendimento sobre as chances de uma nova união sustentável ou um “contrato natural”, fundamentada na justiça e na igualdade entre a sociedade e a natureza. Portanto, nesta mesma linha do pensamento, Matos (2010) apresenta de forma específica duas instruções distintas de forma específica, no total de aplicações de educação ambiental que são: Educação ambiental comportamental e Educação ambiental popular. Segundo este autor, as duas práticas educativas não esvaziam o campo diversificado de educação ambiental,

[...] surge uma EA que vai tomar por si, como meta principal, o desafio das mudanças de comportamento em relação ao meio ambiente. Informada por uma matriz conceitual, este EA partilha de uma visão particular do que seja o processo educativo, a produção de conhecimentos e a formação dos sujeitos [...]. (EA popular) está associada com a tradição da educação popular que compreende o processo educativo como um ato político no sentido amplo, isto é, como prática social de formação de cidadania. A EA popular compartilha com essa visão a ideia de que a vocação da educação é a formação de sujeitos políticos, capazes de agir criticamente na sociedade (CARVALHO, 2001 *apud* MATOS, 2010, p. 109).

Em resumo, de acordo com o autor, podemos entender que particularmente a educação serve como mecanismo de instrução dos seres politicamente pensantes e comprometidos com o meio social que possam contribuir para a formação da cidadania em geral. Como afirma Matos (2010, p.115) que “Educação Ambiental se faz com praxis ambiental entrelaçando o homem e o meio, entrecruzando ideia e ação”. Essa mesma visão sobre a educação ambiental, baseada nas questões sociais quer do ponto de vista formal ou

informal, se pode contribuir também para melhoramento da mudança do comportamento dos indivíduos sobre questões ambientais na Guiné-Bissau, sendo importante a valorização dessa no meio social. Por isso Matos (2010) explica que os problemas ambientais ganham relevância praticando forte influência sobre as ideias em educação intencional, seja da base formal e informal, enquanto projeto “epistemo-metodológicas” para o entendimento da educação contemporânea, que reflitam a importância ambiental da mesma. Embora Dias (2004) *apud* Matos (2010) entenda que, um plano ou projeto de Educação Ambiental somente pode alcançar suas finalidades se incentivar a participação comunitária de maneira articulada e consciente. Visto que, se excluirmos a contribuição do saber local na toma de decisões sobre as questões ambientais, isto significará a ineficiência do plano ambiental, porque não se pode considerar sustentável, sem levar em conta a vida comunitária nos assuntos florestais, principalmente, o caso, da Guiné-Bissau. Na Guiné-Bissau, Barros (2018) testemunha que varias iniciativas foram perspectivadas sobre a educação e meio ambiente:

educação ambiental e para a cidadania: temos apostado numa escola de pensamento e de ação desde a fase de adolescência com as escolas e que permita aos guineenses descobrirem o seu potencial natural e cultural, a sua história, mas também os desafios que enfrenta. Desde 1993, com lema “conhecer para amar, amar para proteger” estamos a permitir com que a geração de guineenses seja militante do desenvolvimento do seu país e produtora de uma cidadania ativa contra o estado das coisas (BARROS, 2018).

Ainda na sua opinião acredita-se que a gestão comunitária das florestas é um dos instrumentos mais uteis da preservação dos “espaços e recursos florestais” Barros (2018). Por outro lado, observa também que Guiné-Bissau conserva na zona sul “as últimas manchas de florestas subtropicais da África ocidental - a Cantanhez”. Foi nestas matas de Cantanhez onde “os guerrilheiros” do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) ficaram e lutaram durante onze (11) anos na luta ante-colonial para a independência da Guiné-Bissau. Na época de 2000 esta floresta de Cantanhez foi atribuída o estatuto de parque nacional com comunidades locais habitando no seu interior Barros (2018). O segredo seria considerar-se patrimônio a conservar, correspondia a 14 florestas sagradas que a etnia local utilizava como “santuários, espaços de rituais e fontes de vida”. Ou seja, foi graças ao saber cultural dessas populações que se conseguiu conservar aquele que faz parte dos “maiores patrimônios da África ocidental”. Dessa forma, aprendemos que a sociedade deve estar no topo da gestão comunitária, por causa da sua função social e

política que a sua cultura e o seu saber desprendem Barros (2018). Neste quadro sobre o papel desempenhado pela comunidade local, as mulheres guineenses também têm as suas contribuições importantes, nesta perspectiva. Barros (2018) comenta que as mulheres integram o sustentáculo da preservação das florestas, “a reserva na salvaguarda dos saberes” sobre compreensão de qualidade da essência florestal e dinamizadoras da economia florestal, por causa da forma de exploração que respeitem “o calendário natural da regeneração dos recursos”.

Essa participação para nós em Guiné-Bissau é indispensável pois irá contribuir para atenuar os problemas do desmatamento florestal no país, não só, mas também diminuir os conflitos socioambientais tal qual está e por conseguinte alcançar um desenvolvimento sustentável desejável. Amílcar Lopes Cabral presumia que a pretensão e os desafios necessários para o homem africano, é incuntir-se da sua manifestação política e social, gozar-se da liberdade completa a partir de si mesmo, e ter a consciência da sua própria construção, enquanto um ser social (humano), segundo Barros (2018), dizia:

(...) o que quer o homem africano é ter a sua própria expressão política e social – independência. Quer dizer, a soberania total do nosso povo no plano nacional e internacional, para construir ele mesmo, na paz e na dignidade, à custa dos seus próprios esforços e sacrifícios, marchando com os seus próprios pés e guiado pela sua própria cabeça o progresso que tem direito como qualquer povo do mundo! (CABRAL *apud* BARROS, 2018).

Finalizado o célebre trecho do líder guineense, Amílcar Lopes Cabral, que ao longo dos anos, chamava sempre atenção aos povos africanos, particularmente, o caso, da Guiné-Bissau, de assumirem com total responsabilidade da organizacional política, económica e social, perante os desafios do mundo contemporâneo. Evidentemente, esta advertência política do líder Cabral merecia uma atenção especial para Guiné-Bissau, à medida que os governantes guineenses, dito as elites políticas e económicas, não se olhavam para as ideias deste nacionalista internacional guineense, com vista a tirar conclusões positivas sobre questões do país para bem do povo. Na nossa modesta opinião baseada na visão do Cabral percebemos que o Estado da Guiné-Bissau precisa dos representantes visionários, como sempre diz um ditado no crioulo guineense, *bom fidjus di tera*, (bons filhos da terra) principalmente, aqueles que são comprometidos com a dignidade da nação e as demandas sociais, zelando para o bom uso dos recursos naturais que a natureza coloca a disposição da sociedade.

BIBLIOGRAFIA

Ângela M. C. Ramalho; Jaqueline G. Santos Ética. **Responsabilidade e Consumo Sustentável: uma aproximação necessária.** Florianópolis-SC-Brasil, 2010.

BENEZINHO, Joana e Rosa Marta. **Guia turística: à Descoberta da Guiné-Bissau.** Gráfica Ediliber. Coimbra, 2015.

BULL, Benjamim Pinto. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria: Instituto de cultura e língua portuguesa; Guiné-Bissau: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa, – Lisboa,1988. -352 p.**

BIAI, Nem, **Educação Ambiental na Guiné-Bissau: contrastes entre a realidade e a percepção dos problemas ambientais pelos guineenses.** Instituto das ciências Biológicas. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo e misto** (tradução Magda Lopes. ed. Porto Alegre: Arned, 2010.

CÀ, Djibril, **O Processo de Formação de Estado Nacional em Guiné-Bissau,** Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2017.

CANDÉ, Monteiro A.O. **Guiné-Bissau: Da Luta Armada à construção do Estado Nacional Conexões entre discurso de unidade nacional e diversidade Étnica.** Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas, 2013.

INDJAI, Vladimir. **Plano de Comunicação e Educação Ambiental na Guiné-Bissau.** Faculdade de Economia; Universidade de porto, 2015.

KAH, Henry Kam, **Governança de recursos, conflitos e insegurança no Golfo da Guiné no século XXI,** Tensões Mundiais, 2014.

LOPES, Carlos. **Crise Ecológica e Conflitos Sociais na Guiné-Bissau.** Bissau: Instituto Nacional de Pesquisa (INEP), Coleção “Kacu Martel”, nº2.1988.

MARTÍNEZ Alier, Jean. **O Ecologismo Dos Pobres: conflitos ambientais e Línguagens de valorização** (tradutor Maurício Waldman. -2ed., 1ª reimpresão. –São Paulo: Contexto, 2014.

MONTEIRO, Lesmes Mutna Freire. **As armas de Cacheu-Conspiração política,** Bissau. Euedito, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade e Lakatos Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

MATOS, Kelma Socorro Alves Lopes de (et al), **Diálogos em Educação ambiental.** (Org) - Fortaleza: Edições UFC, 2012.

_____ (et al), **Educação Ambiental e Sustentabilidade II.** (Org). – fortaleza: Edições UFC, 2010.

SANTIM CÒ, João Paulo, **Atuação da Organizações não-governamental- (ONGs) no Campo dos Conflitos Ambientais na Guiné-Bissau**. Instituto da Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2019.

SANTY, Boaventura Rodriguez Vaz Horta, **Dimensões sociopolíticas de adaptação às mudanças climáticas na Guiné-Bissau**. Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2016.

SEBASTIÃO VIEIRA, Ionoro Carlos, **A Conservação da Biodiversidade na Guiné-Bissau e no Brasil-Florianópolis**, 2017.

TEIXEIRA, Ricardino Jacinto Dumas. **Cabo Verde e Guiné-Bissau: as relações entre a sociedade civil e o estado**. UFPE/Recife, 2015.

DJOMBO, Super Mama, **Corta Matu: Um Crime Contra Geração Futura Guineense**, 2014, Kontekunda Promoções. Youtube. 28 Set. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=qeztGpJZ0bI>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

GALLO, Edmundo et al., 2012, **Saúde e economia verde: desafios para o desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro RJ. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2012.v17n6/1457-1468/pt>>. Acessado em 2019.

HENRIQUE, Rattner. **Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável** <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n6/1965-1971/pt>>. Acessado em 03/09/2019, 2009.

IBAP. Estrategia Nacional de comunicação em matéria de intercâmbio de informações sobre a Biodiversidade, IBAP 2016. Bissau, Disponível em <https://www.cbd.int/doc/world/gw/gw-nbsap-oth-p1-pt.pdf>. Acesso em 2019.

NETTO, Guilherme Franco, 2009, **Meio ambiente, saúde e desenvolvimento sustentável**. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n6/1975-1977/pt>>. Acessado em 2019.

ONU, Guiné-Bissau, **O Papel das Autoridades na Gestão dos Recursos Ambientais**, 2016, Yuotube. 20 Set. Disponível em <<https://youtu.be/BcFufWNyDDk>>. Acessado em 22 Março. 2019.

O DEMOCRATA GB. **Em Nome do Dinheiro: governo vende floresta às empresas exportadoras de troncos de madeiras** <<https://guinebissaudocs.wordpress.com/2014/05/28/em-nome-do-dinheiro-governo-vende-floresta-as-empresas-exportadoras-de-troncos-de-madeira-o-democrata-gb/>>. Publicado em 25/05/2014. Acesso em 18/10/2019, 2015.

PPRAVDA. Ru, 2018, **Guiné-Bissau: Sociedade civil denúncia corte e venda ilegal de madeira**. Disponível em <http://port.pravda.ru/cplp/guinebissau/27-01-2018/44867-guine_bissau-0/>. Acessado em 2019.

POWER, Real, Esta Terra é Nossa. Holy study-Tchutchurecord. Yuotube. 7 Março. 2012. 10mn55s. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=RzKfkibfIoY>>. Acesso em 24 de abril de 2019.

PORTO, MF. et al. 1 Milanez B., 2009, **Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil**: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n6/1983-1994/pt>> A. 01H48. Acessado em 2019.

TAMBELLINI, Anamaria Testa, 2009, **Sustentabilidade e sustentabilidade**: um debate sobre a concepção de uma sociedade sustentável. Instituto de Estudos em saúde Coletiva, UFRJ. Disponível em <<https://www.scielo.org/pdf/csc/2009.v14n6/1977-1982/pt>>. Acessado em 2019.

TINIGUENA, “Essa Terra é Nossa”, 2016, **Relatório do Inventário sobre o Estado da Produção Legislativa relativa à Gestão e Exploração dos Recursos Naturais na Guiné-Bissau**. Faculdade de Direito de Bissau. Centro de Estudos e de Apoio às Reformas Legislativas, 2016. Disponível em <<http://www.tinigenagb.org/recursos-naturais/legislacao/>>. Acessado em 2019.

_____, 2016, **Lei Florestal da Guiné-Bissau**, 2011. Conselho dos ministros: Decreto-Lei nº5/2011. Disponível em <<http://www.tinigenagb.org/recursos-naturais/legislacao/>>. Acessado em 2019.

_____, 2016, **Lei de Base do Ambiente**: ANP, 2011. Disponível em <<http://www.tinigenagb.org/recursos-naturais/legislacao/>>. Acessado em 2019.

JÚNIOR, Vidal Dias da mota. Educação ambiental, política, cidadania e consumo, Universidade Estadual de Campinas, <https://www.academia.edu/5078184/Educa%C3%A7%C3%A3o_Ambiental_pol%C3%ADtica_cidadania_e_consumo?email_work_card=thumbnail.no.> 11, pp.214-229 (229), (2009). Acessado em 2019.